

**Carta Educativa
do
Vale do Sousa**



Porto, Dezembro 2001

**Carta Educativa
do
Vale do Sousa**

Porto, Dezembro 2001

Promovido por
Direcção Regional de Educação do Norte (DREN)

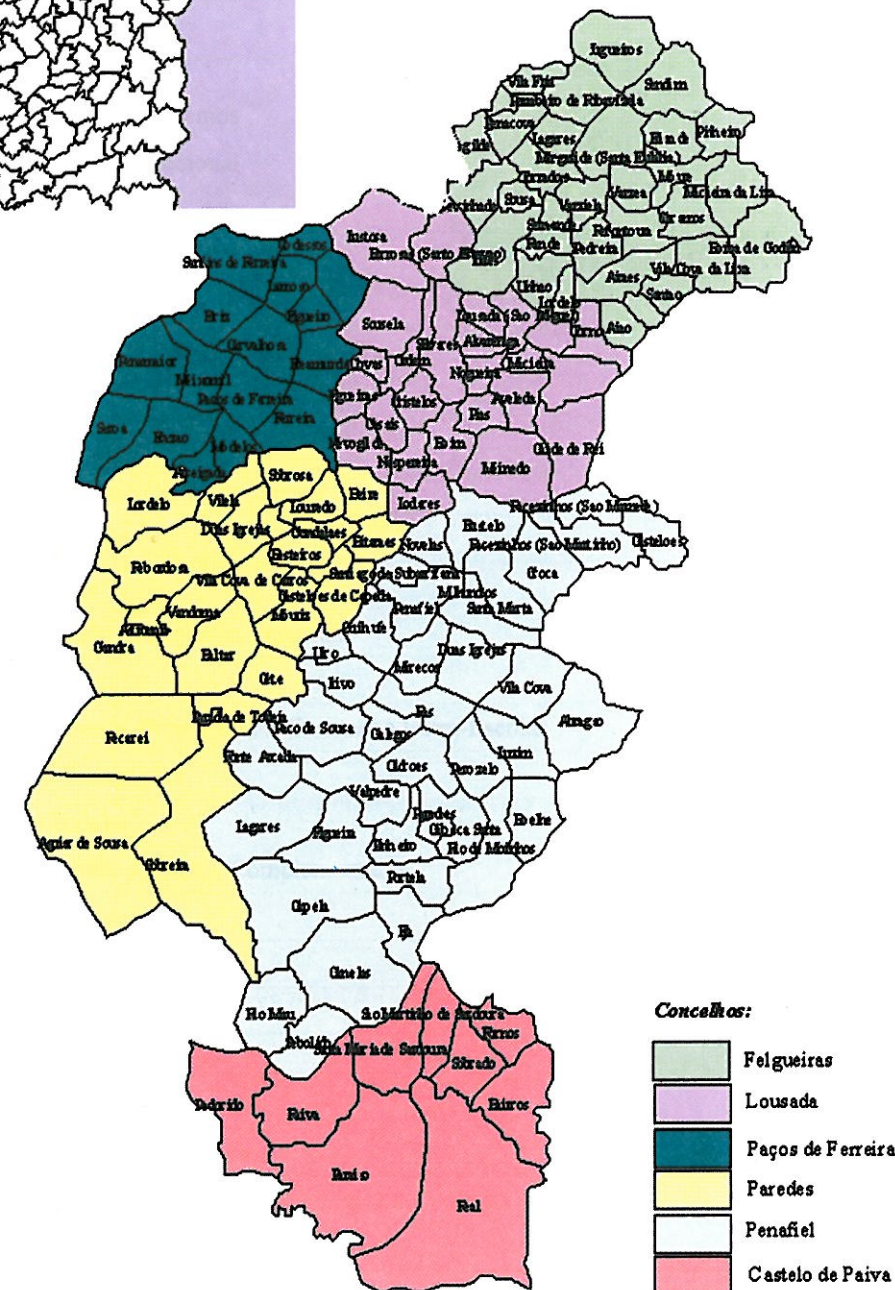
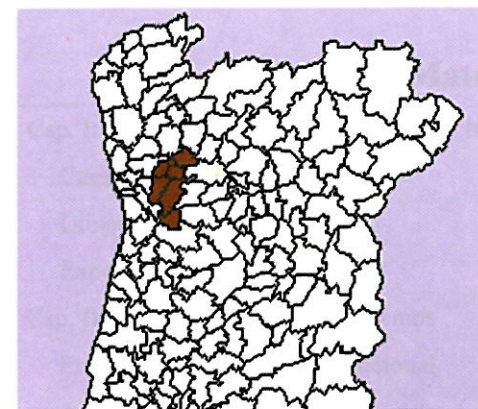
Realizado por
Quadros & Metas, Lda

Equipe Técnica:
Prof. Dr. Carlos José Gomes Pimenta
Dr^a. Maria Fernanda Maciel Almeida Correia
Dr^a Guilhermina Castro

Comissão de Acompanhamento
Associação de Municípios do Vale do Sousa
Direcção Regional de Educação do Norte (Ministério da Educação)
Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento (Ministério da Educação)
Comissão de Coordenação da Região Norte

Edição
Direcção Regional de Educação do Norte (Ministério da Educação)
Dezembro 2001

Montagem e Impressão
METANOIA - Terreiro da Sé
4050 - 573 - PORTO
Tel./Fax: 222050578 - 100 ex.



Matérias Tratadas

Cap. I: Carta Educativa: Um Projecto do Nosso Futuro Colectivo	9
Caracterização	9
Dimensão gestonária	10
Experimentação	12
Cap. II: A Sociedade em que Vivemos	15
Enquadramento Sócio-Institucional	15
A Política e a Carta Educativa	17
Sistema Educativo	18
Educação no País e no Norte	19
Educação na Região: Níveis de Ensino	20
Pré-Escolar	20
Primeiro Ciclo Básico	22
Segundo e Terceiro Ciclos do Básico	22
Ensino Secundário	24
Ensino Superior	25
Educação na Região: Segmentos Especiais	26
Educação Especial	26
Ensino Recorrente, Formação Profissional e Extra-Escolar	27
Experiência Pedagógica	28
Orientação Escolar	28
Educação na Região: Aspectos Complementares	28
Espaços Educativos	28
Desporto e Cultura	29
Internet	29
Cap. III: A Mudança a Construímos	31
Visão de Conjunto	31
Análise de cada uma das Intervenções	33
Pacto Educativo na Associação de Municípios do Vale do Sousa	33
Afirmção da Identidade Cultural da Região	34

Fixação de Intelectualidade na Região	34
Criação de Novo Ensino Superior Público	34
Formação de Nível Superior ao Longo da Vida	36
Aumento da Oferta e da Qualidade da Oferta do Ensino Secundário	36
Operacionalizar o Ensino Recorrente	38
Progressiva Junção dos 2º e 3º Ciclos e Separação do Ensino Secundário	38
Mais Escolas do 2º e 3º Ciclos. Melhores Edifícios e Equipamentos Educativos	39
Generalização do Regime Normal no 2º e 3º Ciclos e Acompanhamento dos ...	40
Reconversão do Ensino Mediatizado	40
1º Ciclo: Superação das carências em escolas. Melhores Edifícios e ...	40
Novos Moldes do Funcionamento do Ensino de Alunos com N.E.Especiais	42
«Pré-Escolar, um Direito das Crianças». Mais Jardins de Infância e melhoria ...	43
Formação de Professores e Pessoal Auxiliar de Acção Educativa	45
Práticas Autoavaliativas na Qualidade de Ensino	45
Informatização das Escolas a Todos os Níveis	46
Adequação da Inscrição na Passagem do 1º para o 2º Ciclo do Ensino Básico	47
Serviços de Psicologia e de Orientação de Âmbito Municipal	48
Pensar e Agir na Territorialização	48
Conselhos Locais de Educação	48
Gabinete de Apoio ao Pacto Educativo	49
Fórum «Educação e Cultura no Vale do Sousa»	50
Monitoragem	50
Fases da Monitorização	50
Organização	51
Centros de Decisão	53
Conclusão	55

Em termos gerais, parece que os sistemas de ensino estão a alterar o seu modo de regulação, passando de um controlo baseado na conformidade com as regras e directivas impostas pela hierarquia, para um controlo baseado na conformidade com os objectivos e as finalidades de acção.

Neste novo modelo de regulação, o poder político-administrativo define as finalidades e os objectivos a atingir, mas transmite o mínimo possível de directivas, afectando um orçamento global ao estabelecimento de ensino. No interior deste quadro, os profissionais usufruem de uma grande liberdade para encontrar as modalidades, as vias e os meios para realizar os objectivos. Os estabelecimentos prestam contas dos seus resultados através de uma avaliação a posteriori, que mede a distância entre os resultados e os objectivos (e não a conformidade com as directivas), cuja interpretação integra parâmetros de contexto.

Walo Hutmacher

Carta Educativa: Um Projecto do Nosso Futuro Colectivo

Caracterização

A Carta Educativa é um projecto que tem como meta a atingir a melhoria do ensino, da formação, da educação e da cultura na região da Associação de Municípios do Vale do Sousa (neste documento identificada como «região»), parte integrante do seu desenvolvimento social.

É um projecto constituído por diversos subprojectos, cada um deles composto por múltiplas tarefas, que mobiliza importantes recursos e tem como seus utilizadores futuros a população da região, com particular destaque para as camadas mais jovens.

A participação criativa, organizada e orientada dos múltiplos agentes e o diálogo informativo e de conhecimento com os utilizadores finais são condições indispensáveis de eficácia.

Este documento consubstancia a Carta Educativa.

Ele foi precedido de duas fases:

- Análise da realidade sócio-educativa da região e sua contextualização.
- Formulação de sugestões de propostas

A ele se seguirão duas outras

- Concretização das propostas e sua execução
- Avaliação do processo e encerramento deste projecto.

É um documento estratégico que enquadra as linhas de orientação para os municípios da Associação de Municípios do Vale do Sousa, referenciadas às orientações de política educativa em vigor e enquanto tal susceptível das alterações correspondentes. Estas modificações serão particularmente observadas aquando da operacionalização das propostas apresentadas agora na Carta, pelo que a rectificação de qualquer divergência que pontualmente venha a ser reconhecida neste domínio, no documento, será assim debelada.

Neste mesmo contexto as propostas no momento de execução têm de ser equacionadas à luz da legislação em vigor e das orientações do Ministério da Educação.

Têm igualmente que ter em conta a dinâmica da realidade social exigindo a consideração de informação actualizada e o reajustamento dos papeis dos diversos intervenientes.

A última fase terá lugar no início de 2007, admitindo-se que todas as frentes de trabalho da anterior estão terminadas até ao fim do ano de 2006.

A leitura do processo da Carta Educativa, com o respectivo faseamento, comporta imediatamente algumas consequências metodológicas e de conteúdo:

Primeira fase

A **análise da situação** foi um primeiro levantamento da realidade, carente de reinterpretações e actualizações ao longo de todas as fases do processo.

É um primeiro levantamento capaz de captar os traços mais marcantes da sociedade no seu devir. Incidindo essencialmente sobre os aspectos mais directamente relacionados com a educação tem que fazer o cruzamento, numa época de saberes disciplinares, entre as diversas leituras parcelares. Utilizando um conjunto de critérios de validação científica tem uma validade autónoma a ser complementada pelas dinâmicas sociais da região.

Como primeiro levantamento tem de dar lugar a processos de actualização ao longo do período do projecto sendo aconselhável que a estrutura de informação montada possa perdurar para futuro.

A análise da situação constante deste documento exprime o essencial dessa análise.

Segunda fase

A **formulação de sugestões de propostas** foi essencialmente constituída pelas orientações a dar à política educativa na região, por sugestões a serem estudadas pelos intervenientes na fase seguinte e por propostas precisas sobre a direcção e a metodologia da fase de concretização.

As propostas aqui apresentadas tiveram em conta essas sugestões de propostas. As propostas são princípios orientadores de uma acção convergente de muitas instituições e vontades, de parceiros sociais com perspectivas diversas da mesma realidade. Princípios orientadores de uma política democrática e participada, que toma expressão na fase de concretização das propostas, manifestação da autonomia e da territorialização.

A formulação das propostas é uma antecâmara da sua pormenorização, calendarização e concretização e, nessa medida, têm que definir as formas de organização, a direcção do processo.

Terceira e quarta fases

A **concretização das propostas** e sua execução são uma consequência deste documento que agora se apresenta, assim como a sua **avaliação final**.

A concretização é suficientemente importante, complexa e exigente para aconselhar regras de jogo claras e formas de gestão antecipadamente definidas. A direcção de um projecto é condição indispensável para o seu sucesso.

É fundamental, uma dimensão gestonária da carta educativa, uma atenção deste documento sobre a continuação da direcção do projecto.

Acrescente-se, ainda, que a complexidade das situações, as ambiguidades de algumas propostas e a inevitável diversidade de leituras aconselha que em algumas situações se façam experiências antes de se decidir definitivamente sobre o futuro.

Dimensão gestonária

As situações concretas são frequentemente complexas. As situações educativas concretas têm grande probabilidade de o serem. Muitas delas, em que as manifestações de vontade dos diversos intervenientes se pautam por preocupações e dinâmicas diferentes, eventualmente contraditórias, quase certamente o são.

A complexidade da proposta ou do seu contexto envolvente faz com que os diversos intervenientes no processo possuam apenas uma parte da informação. As leituras são múltiplas e a troca de

informação, a apresentação de diferentes pontos de vista é um elemento essencial não só para o entendimento das partes como para a própria conceptualização do real. O processo de troca de informações, que obviamente tem de ter os seus tempos e operacionalidades, é de configuração do objecto e de redução das subjectividades inerentes à postura de cada um dos intervenientes.

É em segundo lugar uma situação em mudança, como todas as realidades, mas que pode conter momentos “catastróficos” de alteração radical, gerados muitas vezes por alterações infinitesimais, quase imperceptíveis, e os tempos de execução são uma vertente fundamental. Cada proposta tem um tempo que condiciona a validade da sua execução. A sua execução passa por uma série de tramitações processuais, burocráticas e financeiras que pode arrastar-se por bastante tempo, dependendo de situações alheias à sua própria natureza intrínseca, mais uma vez sobressaem os perigos de apresentação de propostas sem as fazer acompanhar da dimensão gestonária.

A Carta Educativa é um processo de mudança.

Citando Stracey, do ponto de vista das instituições a mudança pode configurar-se de três tipos:

- mudança fechada (previsível)
- mudança controlada (provável)
- mudança de final aberto.

A importância relativa de cada um destes tipos de mudança tem a ver com o horizonte de referência

“A situação a curto prazo é, predominantemente, de mudança fechada; um pouco mais para a frente é, predominantemente, fechada e controlada; e ainda mais para a frente é predominantemente, de final aberto.”

(Ralph D. STRACEY, A Fronteira do Caos, 1995, Bertrand, pág. 59)

A Carta Educativa é predominantemente de final aberto.

O autor transcrito considera existirem seis grandes diferenças entre os três tipos de mudança do ponto de vista da organização resumíveis dos seguintes modos, colocando a atenção na mudança aberta:

1. “As preferências e os objectivos não podem, inicialmente, ser, nem bem definidos, nem acordados, simplesmente porque o nível de incerteza é muito alto. Deste modo, só podem fazer-se escolhas através de formas complexas de actividades políticas e de aprendizagem, nas quais se descobrem as preferências e os objectivos”
2. “Quando existe um domínio da mudança de final aberto, ou mesmo quando ela é só significativamente importante, os métodos de controlo baseados em previsões ou em antevistos do futuro são ineficazes. Pensar e aprender, neste tipo de situações, é intuitivo e baseia-se em analogias qualitativas com situações similares”
3. “Nas situações de final aberto, essas pequenas mudanças podem avançar no sistema e ter grandes implicações”
4. “Nas situações de final aberto, as organizações, para lidar com a mudança, têm de desenvolver novas abordagens do controlo e do desenvolvimento. E porque essa mudança é única e nunca antes foi confrontada sob essa forma. Para a organização lidar com a mudança proveniente do exterior, têm de ser alteradas as suas regras e relações”

5. "Nas situações de final aberto, a aprendizagem, enquanto descoberta, reveste-se de grande significado. Torna-se uma parte crucial do processo de lidar com a mudança. Esse processo acontece em tempo útil."
6. "Nas situações fechada e controlada, as pessoas sentem-se seguras e actuam de modos relativamente compreensíveis e previsíveis. Quando são confrontadas com a mudança de final aberto, essas mesmas pessoas podem proceder de maneiras difíceis de compreender e que podem, até, ser bastante bizarras" (Ob. cit., pág. 63/65)

A Carta Educativa tem de ter em conta as especificidades das decisões de final aberto.

A importância do como proceder para atingir os objectivos preconizados. O *como* é sempre tão importante quanto o *para quê*, em muitas situações é o núcleo duro do processo.

As estruturas intervenientes na gestão das propostas que se apresentam são capazes de gerir situações do tipo anteriormente configurado?

Respondendo pela afirmativa faz-se uma constatação e uma recomendação.

A constatação é a de que no processo educativo na região vão estar envolvidas diversas estruturas, vão estar diversas instituições em que se vão confrontar visões sectorizadas e integradas regionais, estruturas com uma forte estrutura administrativa e outras sem ela, estruturas que legitimam o seu poder de forma muito diferente, estruturas financiadoras ou organizadoras. A multiplicidade de entidades de diferente natureza aconselha um cuidado particular com os problemas de gestão.

A recomendação é de que as entidades envolvidas façam, pelo menos, uma sumária avaliação das suas capacidades.

Experimentação

O cientista e o político hábil experimenta. O conhecimento do desconhecimento exige a experiência. O dogmatismo ou a coercitividade rejeitam-na.

Existem diversas vias possíveis para concretizar um determinado objectivo? Há diversas maneiras de entender a situação? Por que não ensaiar diferentes percursos claramente delimitados, sujeitá-los a uma apreciação científica e sistemática, tirar conclusões e generalizar os que forem melhor sucedidos?

A articulação entre os Ministérios e as Câmaras Municipais apresenta por vezes dificuldades? Tem-se tentado ao longo do anos diferentes formas organizativas para resolver a situação? Porque não aproveitar a oportunidade de ensaiar novos modelos organizativos no âmbito da Associação

de Municípios do Vale do Sousa e estudar a sua validade? Não será que a existência da Associação de Municípios até permite visualizar situações que podem ser as do futuro para a maior parte das regiões?

E os exemplos poder-se-ão multiplicar, tal é a diversidade de propostas e situações que permitem e aconselham essa experimentação. Depois de realizadas as experiências saiba-se tirar as conclusões e haja vontade política para optar generalizadamente pela mais adequadas.

Claro que a experimentação tem limitações essencialmente de três tipos:

1. Éticas

Tendo como objecto os cidadãos e a sociedade da Associação de Municípios do Vale do Sousa e, por seu intermédio, a sociedade nacional e internacional, nunca pode perder-se de vista o que está legalmente estabelecido, os direitos humanos, as práticas sociais e as liberdades individuais; terá sempre de interrogar-se, dentro do possível, sobre as consequências, gerando situações de equidade.

2. Sociais

Incidindo sobre uma sociedade com história, uma história que comporta usos e costumes, concepções, aspirações e ideologias, uma sociedade com uma certa leitura política da realidade em que se insere, é necessário ter em conta esse universo de acções e símbolos.

É necessário ter em conta os contextos legais.

3. Económicas

Os recursos de concretização das propostas são escassos. Há limitações humanas e financeiras e estas têm de ser encaradas com iniciativa e realismo.

São limitações, não impedimentos.

A Sociedade em que Vivemos

Enquadramento Sócio-Institucional

A região é um espaço de 764 Km², onde residem trezentos mil cidadãos. É constituída por seis municípios:

- Castelo de Paiva (Distrito de Aveiro, 9 freguesias, 111 Km², 16.515 residentes em 1991).
- Felgueiras (Distrito do Porto, 32 freguesias, 116 Km², 51.248 residentes)
- Lousada (Distrito do Porto, 25 freguesias, 101 Km², 42.502 residentes)
- Paços de Ferreira (Distrito do Porto, 16 freguesias, 68 Km², 44.190 residentes)
- Paredes (Distrito do Porto, 24 freguesias, 156 Km², 72.999 residentes)
- Penafiel (Distrito do Porto, 38 freguesias, 212 Km², 68.444 residentes).

Situa-se na região norte de Portugal, cabendo-lhe 3,6% da área dessa região e 8,5% da sua população residente.

Apresenta como referência geográfica emblemática o rio Sousa, afluente do Rio Douro, apesar da sua influência efectiva não ser vincada.

Situado próximo da costa atlântica, a região envolvente tem importantes núcleos urbanos: Porto, Guimarães, Braga, Santo Tirso, Vila Real.

A influência que sofre da região envolvente é bastante forte, sendo particularmente vincada a da Área Metropolitana do Porto. A melhoria das acessibilidades reforçam essa influência.

A população residente tem crescido sistematicamente, a uma taxa média anual de 0,4% ao ano na segunda metade do século XIX e de 1,1% durante o presente século.

Tem uma elevada densidade populacional (387) no contexto do Norte (164) e do País.

Com mais mulheres do que homens, situação biosocial habitual, caracteriza-se por elevado peso da população jovem. Qualquer um dos municípios constitutivos da Associação de Municípios do Vale do Sousa tem uma percentagem de jovens superior à do Norte, sendo esta, por sua vez, superior à do País.

O povoamento é disperso, seguindo essencialmente as vias de comunicação.

Os núcleos urbanos internos à região são principalmente as capitais de município e Freamunde, Lordelo, Rebordosa e Vila Cova da Lixa.

Região de tradição rural (policultura, explorações de pequena dimensão, intensiva, com predomínio do arrendamento, criação de bovinos), é particularmente caracterizada pela sua estrutura e dinâmica industriais. A articulação da agricultura com a indústria faz-se essencialmente na base do pluriemprego e plurirendimento, logo geradora de salários mais baixos.

Quando 38% e 53% do emprego nacional e na região Norte se faziam na indústria transformadora o Vale do Sousa apresentava uma taxa de 67%. Os municípios da Associação de Municípios oscilavam entre 46% (Penafiel) e 84% (Felgueiras).

“Madeiras e Mobiliário”, “Calçado”, “Têxtil e Vestuário” aparecem como as actividades mais rele-

vantes:

- As indústrias Têxtil e Vestuário, apesar de serem as mais recentes e resultarem da influência das regiões vizinhas, têm crescido de importância no conjunto das actividades industriais da região representando hoje mais de 30% do emprego do Vale do Sousa. É nos Municípios de Penafiel e Lousada que têm maior expressão (66% e 62% do emprego da indústria transformadora, respectivamente). É essencialmente a indústria do Vestuário que tem significado na região.
- Em termos de volume de emprego, as indústrias de Madeiras e Mobiliário ocupam a segunda posição representando cerca de 30% do emprego do Vale do Sousa na Indústria Transformadora, com maior peso relativo em Paredes (69%) e Paços de Ferreira (57%). É essencialmente a fabricação de mobiliário de madeira. É a actividade industrial que, apesar das diferenciações conforme o subsector específico, apresenta maior número de fases de produção e maior variedade de emprego.
- A indústria de Calçado representa 28% do emprego na indústria transformadora do Vale do Sousa. Essencialmente concentrada em Felgueiras (78% do emprego na indústria transformadora), também tem bastante importância em Castelo de Paiva (59%).

Será ainda de referir como actividades económicas relevantes na região a Construção e Obras Públicas, o Comércio a Retalho, o Comércio por Grosso e a Indústria Extractiva.

Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Paredes surgem, assim como os distritos de mais forte industrialização.

Castelo de Paiva tem revelado particulares capacidades, apesar da menor industrialização, para atrair investimento, nomeadamente estrangeiro.

Penafiel aparece bastante ligada aos serviços.

Os importantes centros urbanos na região envolvente, as características do crescimento da região, a ausência de vias de comunicação interna estruturantes e uma secundarização destes assuntos fazem com que existam grandes carências de serviços, frequentemente acompanhados, de deficiente aproveitamento de algumas estruturas existentes.

O saneamento básico é insatisfatório. A oferta de formação, como analisaremos, também. Havendo uma razoável cobertura de cuidados primários de saúde é muito deficiente em cuidados diferenciados.

A rede turística é muito pouco diversificada

A medição sintética do desenvolvimento económico e social mostra que a região, através dos municípios que a integram, está numa situação intermédia no contexto nacional.

Contudo a situação é diferenciada municipalmente. Veja-se a posição relativa (por ordem decrescente de situação) dos municípios da Associação de Municípios do Vale do Sousa no conjunto dos 275 municípios de Portugal Continental:

Município	IS 1	IS 2	IS 3	IS 4
Castelo de Paiva	181	165	263	165
Felgueiras	54	60	180	53
Lousada	97	103	270	86
Paços de Ferreira	70	74	211	65
Paredes	45	45	234	42
Penafiel	56	56	247	47

Observações: IS 1 – Indicador Sintético do Rendimento; IS 2 – Indicador Sintético do Conforto; IS 3 – Indicador Sintético do Consumo; IS 4 – Indicador Sintético Global.

Fonte: Marketest, Salex Index.

Com excepção de Castelo de Paiva, que apresenta um posicionamento relativo correspondente à sua posição desfavorecida no contexto nacional, os restantes municípios da região têm uma posição mais vantajosa: Lousada situa-se em valores médios e o restantes em posição relativamente favorável. No entanto no que se refere ao consumo a sua posição relativa é sistematicamente desfavorável.

Baixas taxas de desemprego nos contextos nacionais e internacional devido essencialmente às actividades industriais da região, aos movimentos pendulares com outras regiões limítrofes e à passagem silenciosa das mulheres das actividades caseiras para as industriais conforme as conjunturas.

Fortemente dependente da evolução dos sectores de actividade industrial que dominam a região, a população activa tem uma baixa qualificação, associado a uma desvalorização do ensino e da cultura e uma forte rotatividade..

Constituindo uma capacidade de trabalho barata que permite alimentar as cadeias produtivas a baixos custos e responder satisfatoriamente aos picos conjunturais (mais que não seja recorrendo ao trabalho do agregado familiar) não satisfaz as necessidades da indústria da região que não encontra quadros intermédios ou especializados em áreas a que a indústria tem dedicado insuficiente atenção.

Existe trabalho infantil.

A Política e a Carta Educativa

Os elementos geográficos não são suficientemente fortes para constituírem um elemento unificador desta região da Associação de Municípios do Vale do Sousa: o rio influencia diferentemente os municípios e não é uma referência geográfica decisiva; há diversidade geomorfológica e paisagística; e o município de Castelo de Paiva situa-se a sul do rio Douro, contrariamente aos restantes. Também a dinâmica industrial não é um elemento de uniformização e os seus impactos sobre a articulação e coerência da região são contraditórios. A diversidade industrial é simultaneamente uma força de desagregação e agregação da Associação de Municípios do Vale do Sousa. De desagrega-

ção na medida em que as empresas, os industriais e os cidadãos e instituições directamente ligadas às actividades industriais são social e politicamente relevantes e as características produtivas e programas de incentivo ou transformação são diferentes. De agregação porque transmite à região um conjunto de elementos característicos: baixa taxa de desemprego, carência de serviços, baixos níveis educativos, culturais e desportivos.

A sua unidade e identidade é essencialmente de origem política. Em 1989 constituiu-se a Associação de Municípios do Vale do Sousa, englobando Municípios e Freguesias com Câmaras e Juntas de diferentes orientações políticas mas unidas na mesma vontade:

A Associação tem por objecto o desenvolvimento, a cooperação e a formação na sua área de influência.

O valor acrescentado da constituição da associação que permite passar de uma agregado de municípios para uma estrutura própria está no reconhecimento de que a diversidade política pode permitir um continuado relacionamento favorável com as restantes instâncias políticas nacionais, e de que aumenta a possibilidade do lançamento de projectos comuns que não seriam viáveis doutra forma.

O Pacto Territorial para o Emprego do Vale do Sousa é uma peça importante neste processo político.

O Pacto Territorial para o Emprego do Vale do Sousa, vem assim, neste contexto assumir-se, como um projecto piloto, através da associação de múltiplas parcerias, autoridades nacionais, regionais e locais, sector privado, sector associativo, parceiros sociais, representantes do sector educativo e da formação, numa perspectiva de iniciar, desenvolver ou reforçar uma dinâmica política à escala territorial apropriada em torno de objectivos económicos, de sustentabilidade e qualificação do emprego no Vale do Sousa, isto sempre numa lógica local e regional de concertação (De "Documento de Apresentação", Maio 1998, pág. 3)

Esta Carta Educativa insere-se nessa vontade política conjunta é uma normal continuidade do Pacto Territorial para o Emprego.

Sistema Educativo

Na região existem instituições cobrindo o pré-escolar e os diversos níveis de ensino. No ensino superior apenas existem instituições privadas.

O sistema escolar insere-se num ambiente social que não o favorece ou mesmo o hostiliza sem que aquele possua organização, relações interinstitucionais, recursos e instalações que lhes permitam fazer face ao ambiente desfavorável.

Baixa escolarização, elevadas taxas de insucesso e abandono são vertentes bastantes salientes. A opção desde muito cedo por uma formação profissional não encontra resposta adequada no contexto do Ministério de Educação, enquanto os Institutos de Emprego e Formação Profissional a exercem atendendo essencialmente às actividades económicas existentes e carências já manifesta-

das, desarticulado com as restantes instituições.

Constituindo o corpo docente um grupo social que tem lutando contra as condições adversas em que exerce a sua actividade, sente-se muito isolado e desapoiado. A mutabilidade do corpo docente, a residência fora da região, o pluriemprego e a prioridade ao preenchimento da carga horária fazem com que nem sempre se encontrem as situações pedagógicas, culturais e científicas mais adequadas.

Não havendo razões para duvidar de que, apesar destas condições desfavoráveis, o sistema de ensino tem conseguido criar cidadãos responsáveis, também é verdade que o grande peso da juventude, o baixo nível de escolarização, actividade cultural e prática desportiva cria condições para alguma marginalidade.

Educação no País e no Norte

A constatação dos factos aí está mostrando uma situação dramática e apelando a uma urgente e vigorosa intervenção política:

"Portugal acumulou grandes atrasos no domínio educativo, sendo hoje o país europeu com mais baixos níveis de instrução da população adulta..."

É o Ministério da Educação que o afirma.

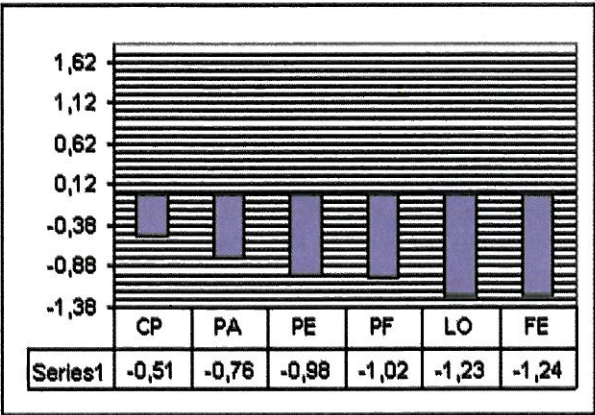
Porque o sistema educativo é um subsistema social, integrado num sistema cultural mais amplo; porque é um sistema aberto sujeito a reflexos e influências de todos os outros subsistemas componentes da sociedade, esta situação é causa e consequência e a resolução deste atraso secular passa por mudanças de rumo dentro e fora da educação. No que às primeiras se refere é vital a democratização do acesso à educação, o que passa pela "construção da qualidade das aprendizagens", querendo-se com isto dizer que é na observação do real (os alunos e as escolas), nos seus contextos diversificados de vivências, na mobilização das energias dos actores, na consideração dual do individual e colectivo que ela se constrói.

A análise do Norte de Portugal segundo trabalhos da CCRN, é preocupante:

- "A Região do Norte continua a apresentar valores inferiores, por vezes mesmo muito inferiores, às médias do Continente", embora se tenha de reconhecer uma evolução favorável nos últimos vinte anos.
- A importância relativa da região Norte no Continente mostra igualmente uma "diminuição progressiva do peso da Região do Norte ... quando se avança nos níveis de ensino, sendo essa repartilha regional feita essencialmente em favor de Lisboa e Vale do Tejo".
- Essa situação reproduz-se dentro da região Norte tomando como referência a NUT III Tâmega e o Grande Porto, associado à região do Tâmega — em que se integra a Associação de Municípios do Vale do Sousa — ter uma posição intermédia no contexto Norte, para diversos graus de ensino, e a pior, muito pior situação, no que se refere ao ensino superior.
- Quanto ao analfabetismo, a situação mais dramática, a Associação de Municípios do Vale do Sousa melhorou o seu posicionamento e apresenta, no contexto nacional e do

Norte baixas taxas de analfabetismo.

A posição dos municípios da Associação do Vale do Sousa neste contexto revela elevadas carências:



Indicador sintético dos municípios da região. Os valores extremos são os do Porto (+1,83) e de Baião (-1,38).

Fonte: CCRN *Disparidades Regionais em Educação e Formação: a Região Norte*, Porto, 1996

Educação na região: Níveis de Ensino

Pré-Escolar

No processo de democratização da educação, a Educação Pré-Escolar (EPE), legitimada nomeadamente pelos resultados da investigação, que inequivocamente demonstram as vantagens educativas para as crianças da frequência de um programa de EPE, tem vindo progressivamente a assumir uma importância crescente, constituindo uma das grandes prioridades políticas do XIII e XIV Governos Constitucionais.

Este reconhecimento, numa perspectiva de intervenção, aponta dois grandes objectivos: por um lado, o de garantir a nível nacional uma maior sensibilidade e visibilidade do papel fundamental deste nível de formação, na medida em que cria condições no acesso e para o sucesso da aprendizagem de todas as crianças, favorecendo, para uma maior igualdade de oportunidades; por outro lado o de criar as condições para elevar a curto prazo a percentagens de acesso das crianças em idade de o frequentar.

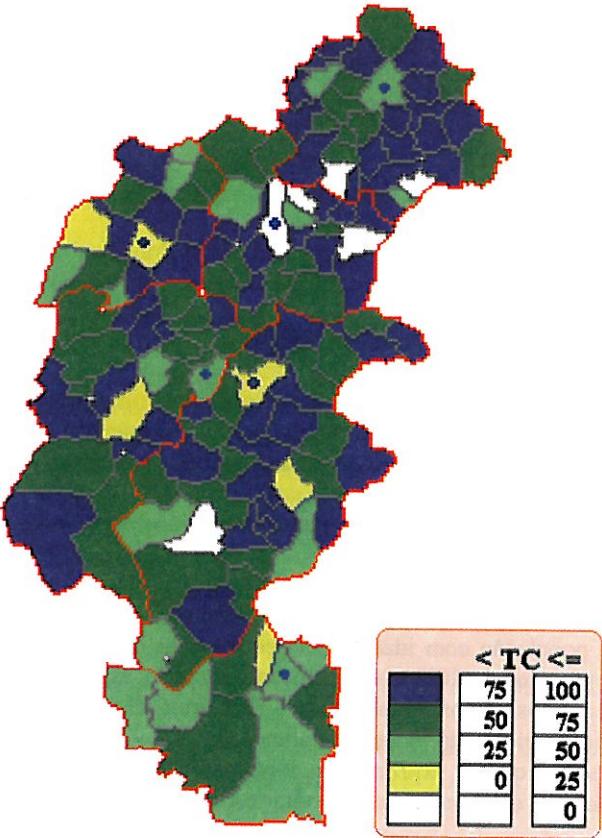
Assim, no quadro das actuais políticas definidas para este sector, para além de ser “a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida” é também um serviço social básico. Esta conceptualização da EPE, como serviço educativo e como serviço social, evidencia obviamente a questão da sua universalização acompanhando as necessidades decorrentes dos processos de industrialização e urbanização da sociedade contemporânea, através da expansão da oferta existente e da criação de uma procura acrescida.

Para uma região como esta que tem algumas das manchas nacionais de maior juventude da população e em que a sensibilidade das famílias para a educação e o ensino nem sempre é a mais

adequada, esta tomada de consciência assume uma importância muito particular.

Os últimos anos têm sido de rápida modificação neste nível de ensino, à luz do que aconteceu um pouco por todo o País. Esta mudança está a trazer paulatinamente alterações no sistema educativo, ao mesmo tempo que exige encontrar-se as melhores formas de gestão e se manifesta a necessidade de aumentar a informação sobre este nível de ensino através de uma melhor articulação entre as diversas instituições.

O reduzido âmbito geográfico de cobertura de cada instituição deste nível de ensino aconselha uma leitura por freguesia e ela revela, através de uma taxa de carência (percentagem de não cobertura), que muito poucas são as freguesias que podem ser consideradas com as necessidades satisfeitas, ou próximo disso. E em alguns desses casos verifica-se que uma freguesia com taxa de carência nula ou negativa, isto é, com suficiência ou excesso de oferta, admitindo a utilização plena das suas capacidades, está rodeada de freguesias com elevadíssimos níveis de carência, o que parece significar serem os jardins de infância ali situados que estão a acolher as crianças das regiões limítrofes. Se o elemento de referência fosse a área de influência e não a freguesia certamente que também nesses casos se registariam carências.



Primeiro Ciclo Básico

Reconhece-se há muito a importância dos primeiros anos de escolaridade, reafirmado em documentos recentes do Ministério da Educação. Há um envelhecimento da população do País que, apesar de mais lentamente, também acontece na região. Ao longo dos anos foram-se criando escolas para cobrir este nível de ensino. Assim sendo pode-se concluir existir uma satisfatória cobertura da população em idade escolar, apenas com a exceção negativa de uma ou outra freguesia.

Para a região há uma média de dezanove alunos por professor, vinte alunos por turma. Existem alguns casos em que o reduzido número de alunos por professor aconselharia repensar a existência física da escola.

Uma análise qualitativa fornece um panorama menos optimista, com a constatação global de que o sistema educativo não está “a saber absorver uma larga percentagem de crianças e jovens provenientes de culturas não letradas...”, nas palavras do Ministério.

A qualidade das instalações e equipamentos é baixa, ao mesmo tempo que não aproveitam socialmente alguns espaços. Muitas escolas continuam a oferecer um ensino por turnos em alternativa ao ensino normal.

O aproveitamento escolar é baixo. Há uma percentagem significativa de alunos que não cumpre o Primeiro Ciclo da Escolaridade Básica. Há uma percentagem de alunos que frequenta o Primeiro Ciclo com a idade superior a 9 anos. Certamente a maioria deles abandona o sistema sem qualquer preparação para a inserção profissional.

A utilização das «Necessidades Educativas Especiais» e dos currículos alternativos está frequentemente enviesada.

Podemos dizer que, variando de concelho para concelho, há uma situação de atraso na escolarização básica do Primeiro Ciclo na região.

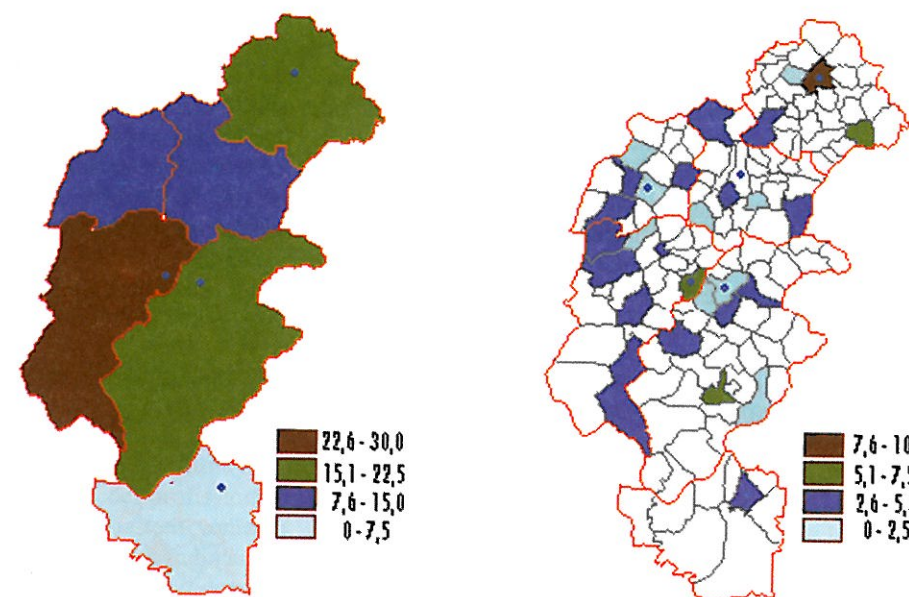
Segundo e Terceiro Ciclos do Básico

Estes ciclos são a continuidade institucional do Primeiro Ciclo mas não o são na realidade frequentemente: existindo um aumento da população que frequenta o Primeiro Ciclo do Ensino Básico e que transita não há um correspondente aumento na população que se inscreve no primeiro ano do Segundo Ciclo.

Uma transição que também está condicionada à obrigatoriedade de inscrição em escolas do Segundo Ciclo previamente definidas.

Vinte e cinco mil jovens da região frequentam estes níveis de ensino representando noventa por cento da população com idade para frequentar as escolas deste nível. Entre 1993 e 1998: há um crescimento global (20% em quatro anos), sendo essa evolução essencialmente o resultado do crescimento dos alunos frequentando o Terceiro Ciclo; nos dois últimos anos houve uma regressão e estabilidade global do número de alunos.

Dados médios que se exprimem regionalmente diferenciadamente, como se pode ver pela distribuição do total dos alunos da região por escalões de percentagem do total:



As taxas de ocupação revelam uma situação dramática no Norte e na região:

- A situação da Região Norte é desfavorável no contexto nacional. Na região Norte são os distritos de Braga e Porto que estão em situação mais desfavorável. Aveiro tem uma dimensão média das turmas com menos uma unidade que Porto.
- Uma análise concelhia confirma que é nos distritos do Porto e Braga que se encontram concentrados maior número de municípios em situação de sobreocupação. No Porto, para os Ensino Básico (2º e 3º) e Ensino Secundário todos os concelhos têm taxas médias de ocupação superiores a 1,25, o que se pode considerar uma situação grave. Também é aí que se encontram dois dos sete concelhos que a nível nacional apresentam as situações mais preocupantes, isto é, superiores a 1,50. São dois municípios da região: Felgueiras (com 1,51) e Penafiel (1,52).

Estes números falam por si: estamos perante uma situação má segundo qualquer critério e muito má se se tiver em conta as condições pedagógicas e científicas, a articulação com espaços educativos diferentes da sala de aula.

Nestes níveis de ensino há na região elevadas taxas de retenção e fuga à escolaridade.

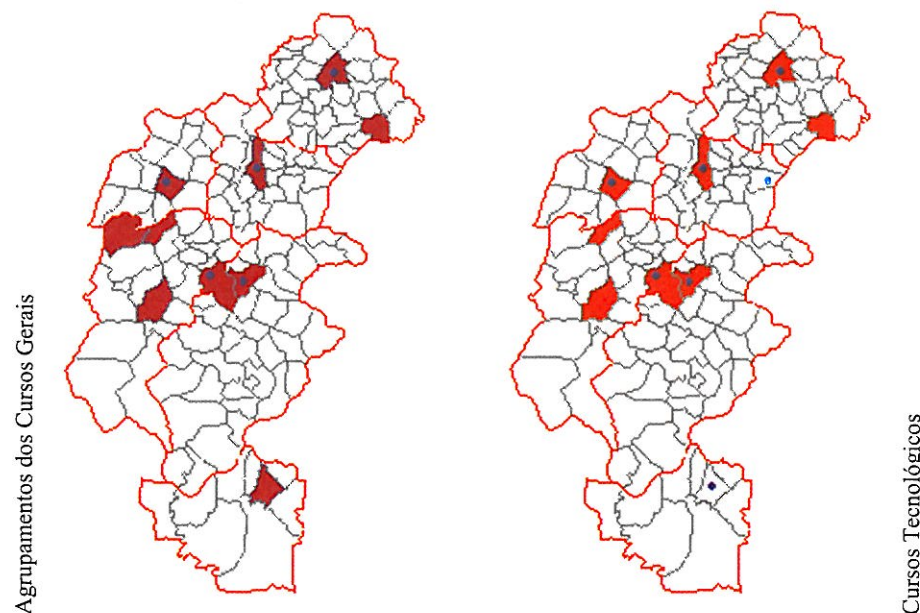
Em metade dos municípios da região continua a existir ensino básico mediatizado, hoje insustentável.

Ensino Secundário

A comparação entre os anteriores níveis de ensino e este revelam uma grande interrupção de estudos, o que constitui uma preocupação do poder político. A situação do abandono, dos percursos escolares, das expectativas dos jovens é algo que transcende uma análise meramente quantitativa e valeria a pena investir numa caracterização sociológica do jovem que integra a realidade social da região. Abandona a escola, coloca-se numa situação desigual face a uma hierarquia social nacional, mas em termos regionais através dum desempenho precário de um trabalho, mal pago a maioria das vezes, adquire, no imediato um estatuto social valorizado na região, pois permitiu-lhe ter acesso a um conjunto de bens que denotam uma melhoria do seu estatuto.

A resolução do problema é em parte da responsabilidade do sistema educativo mas também o é da realidade social envolvente.

A localização dos Cursos Gerais e dos Cursos Tecnológicos revelam assimetrias e insuficiências: Alguns Cursos Tecnológicos não funcionam e a distribuição dos alunos por estes e pelos Cursos



Gerais é muito desigual, sem que tal seja a expressão do tecido económico-social. Os Cursos Profissionais são insuficientes e não existe Ensino Artístico

Há um conjunto de situações que exigem uma consideração atenta. São questões de localização, são questões de importância relativa dos diversos agrupamentos, são os pesos relativos entre o prosseguimento de estudos e os cursos tecnológicos, são as representações relativas e absolutas de cada curso tecnológico, são ainda as relações de tudo isto com o tecido social e as perspectivas de desenvolvimento da região.

Nem todos os jovens da região frequentam o ensino secundário aí. Esta mobilidade dos estudantes para fora (admitindo-se também movimentos em escala diferente, de menor monta) da região coloca abertamente dois problemas:

1. existem desajustamentos entre a procura efectiva e a procura planeadamente desejada, por um lado, e a oferta;
2. a oferta equacionada ao nível de município reforça os desequilíbrios e não permite aproveitar "economias de escala".

Convém, também, a este propósito, recordar a proposta ministerial da existência de um observatório permanente do ensino secundário.

Na região a formação tecnológica no âmbito das escolas profissionais é quase inexistente.

As potencialidades demográficas da região, o peso da sua população jovem e a previsão da sua evolução, as características da escolarização desta população, a sua inserção precoce na vida activa, as dinâmicas recentes de modernização do empresariado português, o crescente interesse e envolvimento de outros actores sociais nas questões da educação indicam que o ensino secundário e as formações profissionais que dele poderão decorrer são espaços importantes a privilegiar. Mas não bastam vontades. Estas têm de ser equacionadas realisticamente tendo em conta bloqueios e constrangimentos.

São bloqueios os desajustamentos quantitativos dos equipamentos educativos, sobretudo os que propiciam e criam as dinâmicas das formações profissionais, que poderão passar por novas unidades educativas ou até a rentabilização ou parceria de espaços adequados.

São constrangimentos a dificuldade da afirmação de uma formação profissional para a valorização pessoal e inserção do indivíduo na vida activa com a sobrevalorização de formas atípicas precárias de emprego.

Em 96/97 existiam oito escolas designadas como secundárias mas nenhuma delas era exclusivamente do ensino secundário, todas elas tendo também integrado o 3º ciclo. Uma escola é também básica (2º e 3º ciclos).

Da observação das informações anteriores e da sua comparação com o tecido social e económico se deduz uma grelha extensa de intervenções possíveis.

A reconfiguração da rede de escolas e espaços educativos, a intervenção das dinâmicas locais em actos de decisão educativas, a assunção da territorialidade das políticas educativas, como uma procura de soluções no âmbito educativo que têm que ser corresponsabilizadas, negociadas, vividas e convenientemente acompanhadas e avaliadas, são preocupações a ter em conta.

Ensino Superior

O ensino superior na Associação de Municípios do Vale do Sousa é uma das problemáticas educativas politicamente mais sensíveis. É um ponto de encontro e desencontro onde múltiplos e diversificados parâmetros estão em jogo.

Nos concelhos da Associação de Municípios do Vale do Sousa em 1990 inicia-se o aparecimento

do ensino superior de tipo politécnico (formações profissionalizantes e com o nível de bacharelato), sobretudo na área dos serviços e formação de professores. Após 1994 há uma abertura na oferta de outras áreas e o aparecimento de formações ao nível da licenciatura. A intervenção do ensino particular e cooperativo no ensino superior é para já dominante, se não exclusivo.

Também no ensino superior se verificam as assimetrias concelhias na região. As razões destas diferenças têm a ver com a conjugação de três elementos: as condições propiciadas pelos níveis de ensino anterior (o secundário), as acessibilidades relacionadas com a progressiva inserção no Grande Porto, a influência política e dinâmica do poder local.

Em qualquer caso os mecanismos de oferta e procura não podem ser analisados no estrito quadro de uma região tão pequena como esta. A dimensão de análise é nacional, em alguns casos europeia. O insucesso escolar ao longo do básico e secundário na região, a diversidade de cursos hoje possíveis e desejados pelos jovens, a dimensão nacional do mercado de trabalho, a reduzida capacidade de absorção continuada de licenciados pelas actividades económicas locais faz com que a oferta tenda sempre a ser superior à procura. O carácter inovador dos cursos que se possam instalar na região, a sua qualidade e a sua divulgação nacional pode gerar uma procura externa relevante.

Educação na região: Segmentos Especiais

Educação Especial

Estamos, em primeiro lugar a falar os alunos de qualquer idade etária abrangidos por **necessidades educativas especiais**, termo que é utilizado em duplo sentido:

“pode ser útil distinguir entre problemas de baixa frequência e alta intensidade versus problemas de alta frequência e baixa intensidade.

Os primeiros são aqueles que têm altas probabilidades de possuírem uma etiologia biológica, inata ou congénita e que foram (ou deveriam ser) detectados precocemente, exigindo um tratamento significativo e serviços de reabilitação...

(...) os problemas de alta frequência e de baixa intensidade, são aqueles casos de crianças com problemas de saúde, de aprendizagem, de comportamento e de socialização (as ditas crianças em risco) que irão ter problemas de aprendizagem se não forem devidamente atendidas. É este o grande grupo que aflige a escola e a que esta geralmente responde com medidas de educação especial; no entanto, estes casos relevam sobretudo de uma educação de qualidade diversificada e não de educação especial.” (De *Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais*, Conselho Nacional de Educação, 1998)

A confusão entre estes dois sentidos compromete o direito de cidadania futuro de muitos jovens desta região, a eficácia do sistema educativo e a acessibilidade de todos aos serviços que o actual desenvolvimento científico e tecnológico permite.

As resistências culturais e sociais ao reconhecimento de jovens com necessidades educativas especiais englobadas no primeiro sentido permite deduzir que existem muitos mais jovens nessa situa-

ção do que os identificados, já em número suficiente para exigir uma atenção especial.

Os **currículos alternativos**, destinados a alunos com historiação de dificuldades severas de aprendizagem são encarados como uma modalidade de ensino especial, de aplicação e significado limitados.

Ensino Recorrente, Formação Profissional e Extra-Escolar

O Ensino Recorrente é importante, enquanto mito e realidade, mas existe falta de uma informação precisa, completa e articulada.

Os dados disponíveis apontam para uma oferta superior à procura, para elevados níveis de perdas, para desajustamentos de temáticas e de horários, para carências de creditação, para inadequação de corpo docente e das metodologias utilizadas.

Poderá assumir particular importância na educação de adultos.

A Educação Extra-Escolar vem sendo progressivamente desenvolvida na região, quer pela oferta crescente quer ainda pelo conjunto de solicitações que as populações locais realizam, no sentido da melhoria das suas condições sociais e da sua qualidade de vida.

Apesar das dificuldades de uma informação precisa é muito provável estar bastante aquém das necessidades.

Formação Profissional é uma vertente importante do funcionamento da economia e da estruturação da sociedade, mas a o principal destaque político deve ser dado à educação de base. Alguns documentos políticos da Associação de Municípios reconhecem esta prioridade mas a realidade e os anseios regionais são, por vezes, diferentes.

Existem actividades de formação culturalmente adequadas e ajustadas ao mercado de trabalho. Da parte das associações empresariais da região existe muita preocupação com o problema e acções de valia, da parte do poder local há um olhar atento e frequentemente uma visão prospectiva, muitos professores desempenham com total integridade as suas funções, algumas actividades do Instituto de Emprego e Formação Profissional merecem estima.

Mas também há na região, à imagem do que se tem passado no país, distorções, informalismos e enfraquecimento do tecido moral da sociedade que conduzem a significativas perdas de recursos.

Evitando formações excessivamente especializadas há carência económicas claramente detectadas a que uma formação tem de dar resposta.

Em *Estudo sobre Novas Áreas de Criação de Emprego/Empresas e Respectivas Formas de Apoio* faz-se uma inventariação das oportunidades de emprego visando

1. “Densificação do tecido produtivo existente;
2. Fileira agrícola, florestal e agro-industrial;
3. Serviços sociais;
4. Serviços prestados às empresas;
5. Turismo;
6. Ambiente;
7. Novas tecnologias de informação e comunicação.”

identificando-se de seguida “a provável oportunidade de criação de Unidades económicas, a provável oportunidade de criação de Emprego e a importância (estratégica) para a Região”.

Experiências Pedagógicas

As experiências pedagógicas podem ser da responsabilidade de diversos actores, em que os professores têm um papel insubstituível. Hoje podem e devem fazer-se no novo quadro institucional e com uma filosofia consentânea. A autonomia, descentralização, territorialização colocam a escola no cerne da experimentação do desafio educacional da participação em processos inovadores na sua auto avaliação regular dos processos e resultados. É uma construção que assenta numa arquitectura dum projecto conseguido para o qual têm de contribuir todos os actores, as memórias das experiências vividas, as experiências recentes. A escola de qualidade não é a escola homogénea, é a escola que faz da diferença a aposta, que confronta resultados escolares com os contextos com os recursos e a cada passo avançado dá um valor acrescentado aos cidadãos que a frequentam.

A filosofia apontada nos diversos documentos e orientações para a territorialização das políticas educativas não aparece com realce nos concelhos da região, apesar de haver algumas experiências interessantes e aí se manifestarem tendências nacionais.

Orientação Escolar

Há pouca actividade de orientação escolar. Mais uma área em que a região surge bastante carenciada.

Educação na região: Aspectos Complementares

Espaços Educativos

Em todos os documentos que se referem a este assunto e nos inquéritos realizados é manifesta a opinião dos diversos interlocutores inseridos no espaço regional de que os espaços, os edifícios, os equipamentos, são inadequados ou insuficientes, carecem de actualização. É manifesto que o espaço é uma situação problemática objectiva, mas também o é subjectivamente, enquanto interpretação da realidade, enquanto símbolo da prática educativa.

Sendo a região marcada pela deficiente prática do desporto e exercício da actividade cultural, a escola deve ser um motor de superação destas deficiências. O desempenho desta função exige espaços disponíveis, para além de adequadas práticas de gestão.

Desporto e Cultura

Insistimos. A escola aparece como o núcleo duro das “mudanças de comportamento sócio-cultural de uma população em transição de áreas predominantemente rurais para níveis de urbanização crescente”, no que se refere à cultura e ao desporto

A educação física, mais genericamente o desporto escolar, frequentemente subestimada pode assumir outra dimensão.

Internet

A postura perante a Internet é uma atitude económico-cultural de grandes impactos sobre a leitura da vida e a construção do futuro.

Os computadores são hoje equipamento frequentemente existente nas escolas, particularmente nas que praticam mais elevados níveis de ensino, mas o seu aproveitamento pedagógico, institucional, gestor e de ligação à comunidade ainda está muito aquém das possibilidades e necessidades.

A Mudança a Construímos

Mudar a Educação, a Formação e a Cultura na região é um trabalho colectivo, de entendimento, de colaboração, de diálogo, de participação, de complementaridade, de prática democrática, processo de construção, reconstrução e aprendizagem.

Visão de conjunto

A Associação de Municípios do Vale do Sousa tem vindo a desenvolver desde o momento da sua constituição uma estratégia de *Desenvolvimento económico-social sustentado* que tem em conta as realidades actuais as possibilidades de evolução futura. É a linha de força central para que todas as outras devem convergir, é o objectivo orientador de todas as acções propostas ou realizadas.

Como estratégia subordinada de segunda linha tem-se a *Melhoria da qualificação da população activa* como se expressa claramente, e em primeiro lugar, no Pacto Territorial para o Emprego do Vale do Sousa.

É dentro desta que se insere a Carta Educativa.

Por uma questão de clarificação das intervenções e sua perspectivação consideramos, dentro desta orientação geral, três linhas de força, a que designamos por estratégias:

- *Dialogar, Conhecer, Agir*
- *Cultura, uma Prioridade*
- *Mais e Melhor Educação e Formação*

As propostas de intervenção inserem-se maioritariamente na terceira linha estratégica porque esse é o objectivo da Carta Educativa

Contudo, essas acções não poderão ser pensadas, executadas e acompanhadas adequadamente se não houver instituições e mecanismos capazes de o permitir, num ambiente de diálogo entre poder regional, nacional e comunitário, entre a multiplicidade de instituições e cidadãos que se ocupam, directa ou indirectamente, da educação e formação, entre diferentes interesses envolvidos.

A diversidade de interacções sociais que as problemáticas educativas, e a resolução das dificuldades e conflitos existentes impõem, estabelece um permanente reencontro com a cultura, que numa região com as características já apresentadas assume uma particular importância. A segunda linha estratégica também aparece, embora por vezes de forma marginal, no conjunto das propostas.

As intervenções propostas podem ser igualmente agrupadas em cinco grupos. De

1. Institucionalização
Intervenções que visam definir o quadro institucional e organizativo em que a Carta Educativa se deve inserir para um mais pleno aproveitamento do seu conteúdo
2. Enquadramento
Medidas relacionadas com o sistema educativo mas que não constituem suas partes integrantes. Funcionam como enquadramento das restantes medidas, criando uma situação favorável à sua concretização.
3. Pedagógicas e Formativas

- Medidas visando directamente a alteração de aspectos do sistema educativo e de formação.
4. Organização do Sistema Educativo
Medidas visando alterar formas de organização e gestão do sistema educativo
 5. Gestão
Intervenções que visam moldar a gestão da Carta Educativa e das propostas de intervenção a executar.

Sucintamente os títulos das propostas são:

- Pacto Educativo na Associação de Municípios do Vale do Sousa (I001)
- Afirmação da Identidade Cultural da Região (I002)
- Fixação de intelectualidade na Região (I003)
- Criação de Novo Ensino Superior Público (I004)
- Formação de Nível Superior ao Longo da Vida (I005)
- Aumento da Oferta e da Qualidade da Oferta do Ensino Secundário (I006)
- Operacionalizar o Ensino Recorrente (I007)
- Progressiva junção dos 2º e 3º Ciclos e separação do Ensino Secundário (I008)
- Mais Escolas do 2º/3º Ciclos. Melhores Edifícios e Equipamentos Educativos (I009)
- Generalização do Regime Normal no 2º/3º Ciclos e Acompanhamento dos Alunos em Actividades Não-Curriculares (I010)
- Reconversão do Ensino Mediatizado (I011)
- 1º Ciclo: Superação das poucas carências em escolas; Melhores Edifícios e Equipamentos Educativos. Repensar as Escolas do 1º Ciclo com Baixo Rácio Alunos-Professor. Generalização progressiva do Regime Normal. Escola do 1º Ciclo como Centro de Vivência da Freguesia (I012)
- Novos Moldes do Funcionamento do Ensino de Alunos com Necessidades Educativas Especiais (I013)
- “Pré-Escolar, um direito das crianças” . Mais Jardins de Infância e Melhoria dos seus Espaços Educativos (I014)
- Formação de Professores e Pessoal Auxiliar (I015)
- Práticas Autoavaliativas da Qualidade de Ensino (I016)
- Informatização das Escolas de todos os Níveis (I017)
- Adequação da Inscrição na Passagem do 1º para o 2º Ciclo (I018)
- Serviços de Psicologia e de Orientação de âmbito Municipal (I019)
- Pensar e Agir na Territorialização (I020)
- Conselhos Locais de Educação (I021)
- Gabinete de Apoio ao Pacto Educativo da Associação de Municípios do Vale do Sousa (I021)
- Fórum “Educação e Cultura no Vale do Sousa” (I023)
- Monitoragem (I024)

A diversidade de propostas, a variegada natureza dos seus conteúdos, a multiplicidade de

instituições envolvidas e as competências de cada uma fazem com que nem todas as entidades ajam em cada intervenção e que para cada uma destas hajam entidades preferencialmente vocacionadas. Este aspecto é formalizado em *Centros de Decisão*.

Análise de cada uma das intervenções

Façamos uma referência a cada uma das propostas de intervenção:

Pacto Educativo na Associação de Municípios do Vale do Sousa

A Carta Educativa é parte integrante de um processo de identificação e afirmação da região da Associação de Municípios do Vale do Sousa, assim como da organização supramunicipal que lhe corresponde.

A Carta Educativa é simultaneamente o fim de um ciclo de identificação de necessidades e áreas prioritárias e estratégicas de intervenção e início de uma fase de precisão das táticas, de concretização das tarefas e de execução. Em todas as decisões há a necessidade de conjugação de esforços de instituições diferentes. Muitas das situações configuram-se complexas, isto é, tanto mais perceptíveis quanto houver articulação e intercepção de informações e pontos de vista provenientes de diferentes sectores da sociedade, de diferentes níveis de decisão política, de diferentes instituições. Em muitos casos estamos perante decisões de fim em aberto que exige um acompanhamento e avaliação.

De acordo com o Ministério da Educação a Escola é o centro da política educativa, envolvendo muito particularmente os professores, e a territorialização significa uma simbiose entre aquela e a sociedade envolvente de que é parte integrante e deve ser agente activo, a discussão ampla das acções, a aceitabilidade social regional e a formação de uma cultura educativa local.

Por todas estas razões (contexto em que se insere a Carta Educativa; sua natureza gestonária; lógica participativa da política educativa) a concretização desta Carta Educativa aconselha a conjugação de esforços entre todos os que de alguma forma estão envolvidos neste processo.

Podendo assumir diversas formas há que encontrar em cada caso as formas mais adequadas de concretização e os procedimentos formais que garantam operacionalidade, eficácia, diálogo e rendibilidade.

É a esta conjugação de esforços, e sua formalização, às regras de funcionamento e a uma direcção eficaz de intervenção quotidiana que designamos por pacto educativo.

É aconselhável a existência de uma estrutura deliberativa sediada na sede da Associação de Municípios do Vale do Sousa com uma constituição que equilibrasse os interesses locais e os nacionais.

A operacionalidade deste Pacto Educativo aconselha, ou exige, que as diferentes estruturas envolvidas não tomem nenhuma decisão de impacto estratégico nas áreas educativa e formativa na região sem a concordância de todas as partes envolvidas.

Afirmação da Identidade Cultural da Região

A identidade da Associação de Municípios do Vale do Sousa radica-se fundamentalmente em elementos económico-sociais e políticos. A fragilidade da sua identidade cultural enquanto elemento de coesão interna e de diferenciação em relação às outras regiões cria um ambiente pouco favorável ao desenvolvimento do sistema educativo.

No entanto tal não significa que não existam vertentes que possam ser aproveitadas e potenciadas, que não haja lugar a uma actuação política visando esse objectivo.

As formas que esta afirmação da identidade cultural podem assumir são muito variegadas. A sua explicitação e concretização apenas exige uma leitura supramunicipal, organização, imaginação, tenacidade e recursos.

A divulgação de temáticas culturais e educativas, pode ser uma iniciativa interessante de reforço da identidade regional, de criação de uma cultura própria, de maior afirmação política da Associação de Municípios do Vale do Sousa, de criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento do sistema educativo.

Fixação de Intelectualidade na Região

A existência de uma intelectualidade residindo na Associação de Municípios do Vale do Sousa é impulsor de uma actividade cultural regional, de um reforço da identidade social da região.

A inclusão dos professores que dão aulas em escolas da Associação de Municípios do Vale do Sousa nesses intelectuais residentes permitirá uma maior identificação daqueles com a realidade envolvente, permitirá muitas vezes uma maior disponibilidade para medidas de qualidade de ensino, permitirá um mais profícuo entendimento cultural.

Criação de Novo Ensino Superior Público

A análise realizada sobre o ensino superior e a região mostram que é crescente a procura regional de ensino secundário para prosseguimento de estudos, que a procura de uma formação superior é manifestamente superior e muito mais diversificada que a oferta. Mostram ainda que existe um grande anseio político em aumentar a oferta do ensino superior.

A análise da actividade económica da região em todos sectores de actividade também mostra a importância da existência na região de quadros com uma formação superior, embora o ensino superior deva ter um impacto mais vasto que a imediata satisfação de força de trabalho pelos empregadores.

É, no entanto, fundamental ter presente que a concretização desta iniciativa se insere numa política nacional de ensino superior. A instituição a criar, que se pretende perene, de qualidade e capaz de

granjear reconhecimento nacional e internacional, pode resolver alguns problemas da região mas estará essencialmente vocacionada para a produção de conhecimentos de validade nacional e terá para a região impactos desenvolvimentistas directos e indirectos. Uma estrutura de ensino superior para resolver problemas locais ou regionais esgota-se rapidamente.

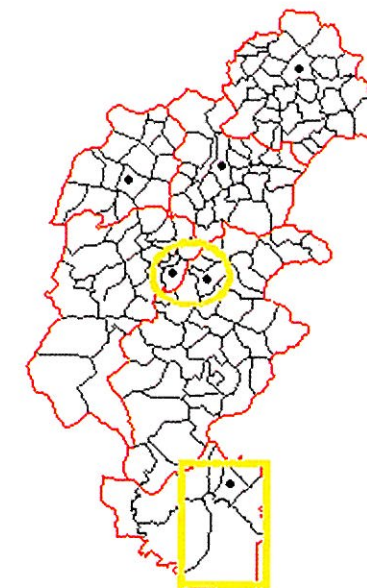
Como é conhecido, o ensino superior pode ser politécnico ou universitário, público ou privado.

Quanto ao ensino superior privado, quer surja por iniciativa de forças endógenas à região ou exteriores, ele poderá contribuir para resolver uma parte das carências existentes e deve ser considerado positivo. É um negócio privado a que as instituições locais podem corresponder com um processo de facilitação de algumas tramitações em contrapartida da exigência de qualidade para o seu funcionamento.

Esta proposta não exclui outros esforços de criação de estruturas universitárias na região, partam das entidades da região ou dos Politécnicos e Universidades públicas.

A localização do ensino superior público tem sido matéria controvertida no panorama nacional e também não deixa de o ser no plano regional.

Quanto ao tipo de instituição a instalar recordamos que há várias hipóteses. É essencialmente uma decisão política que deve ter em conta as preocupações estratégicas de desenvolvimento económico-social da região e a evolução das negociações com as entidades que podem desencadear a instalação, parecendo ser preferível optar ou por uma localização que reforce a unidade geográfico-social da Associação de Municípios ou que promova o desenvolvimento de regiões que mais o carecem.



Formação de Nível Superior ao Longo da Vida

Há a necessidade premente da região criar uma intelectualidade que seja capaz de responder aos desafios do futuro. Desafios técnicos, económicos, educativos, culturais e desportivos, para utilizar uma terminologia habitual, que “separa” o que é inseparável.

Assim, propõe-se:

1. Elaboração dum Plano de Formação de Nível Superior que seja exequível em módulos de curta duração com um aprofundamento científico que corresponde à licenciatura ou à pós-graduação, conforme as situações. Esses cursos devem ser realizados na região da Associação de Municípios do Vale do Sousa
2. Estabelecimento de protocolos com instituições de ensino superior de reconhecido mérito nacional ou internacional, para a realização desses cursos, que devem dar uma certificação.

Aumento da Oferta e da Qualidade da Oferta do Ensino Secundário

O Ensino Secundário é particularmente importante numa estratégia de desenvolvimento local. É-o como articulação do ensino básico e do ensino superior, é-o na formação de quadros intermédios de que o tecido económico tanto necessita, é-o na criação de alternativas de formação susceptíveis de densificar o tecido económico e criar novas alternativas ao jovens da região, é-o enquanto espaço de desporto e cultura capaz de se propagar à sociedade em que se insere. É-o ainda enquanto início de formação de uma intelectualidade capaz de repensar o espaço e as suas dinâmicas, capaz de promover diversas iniciativas.

Existe um significativo aumento da procura do ensino secundário a que deve ser dada plena satisfação.

É fundamental o aumento da oferta e da qualidade da Oferta do Ensino Secundário nas suas diversas configurações. Assim, propõe-se:

1. Aumento da oferta do ensino secundário (sistema regular de ensino) e das escolas profissionais. Deve ser dada uma particular atenção ao aumento da oferta do secundário na vertente tecnológica e das escolas profissionais.
2. A Associação de Municípios do Vale do Sousa deve oferecer todas as áreas de formação tecnológica que se considerarem como necessárias ao desenvolvimento económico-social da região, havendo entre as diversas instituições um sistema de especialização.
3. Esta especialização deve ser acompanhada de iniciativas para facilitar a mobilidade, se for caso disso.
4. Mais escolas profissionais, seja por criação de economias externas ou estímulos à iniciativas privadas seja por iniciativa do Estado. As suas ofertas devem ser complementares à oferta pública de iniciativa do Ministério da Educação, pelos cursos tecnológicos, ou do IEFP, pela Lei da Aprendizagem (cursos de nível III). É encarável, sem excluir outras iniciativas referidas noutras intervenções, a experimentação de articulação de escola profissional com o desenvolvimento de ensino politécnico na região.

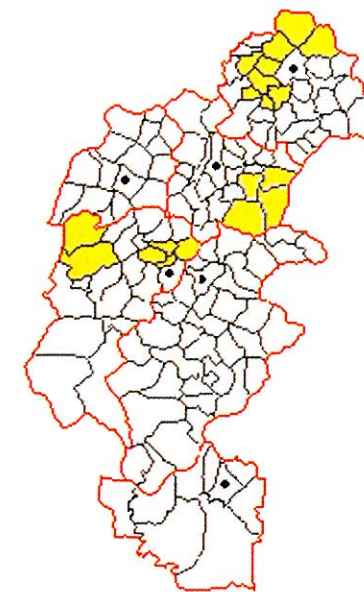
5. Estabelecimento de parcerias que permitam no ensino tecnológico e nas escolas profissionais o acesso dos alunos a equipamentos importantes para a sua formação e eventualmente existentes, e utilizáveis, na região.
6. Os aspectos anteriormente referidos exigem novas escolas secundárias, as quais, no quadro da especialização e da mobilidade invocadas, permitam uma cobertura da região.
7. Em relação às existentes, inventariação das carências de instalações e equipamentos, dando-se particular atenção aos laboratórios e às condições de trabalho dos professores, e definição de prioridades.
8. Superação das carências detectadas de acordo com as prioridades estabelecidas.
9. Disponibilização dos espaços e equipamentos das escolas do ensino secundário à sociedade em que se insere, promovendo-se essa aproximação através de formas organizativas adequadas e iniciativas científicas, culturais e desportivas.

Acrescente-se que o Ensino Secundário Normal deve ser diurno e nocturno, devendo este funcionar de acordo com algumas regras que se especificam na proposta seguinte.

Com os dados estatísticos que foram recolhidos e tratados e tomando como hipótese uma população de 1000 alunos por estabelecimento de ensino exclusivamente secundário, obtêm-se as seguintes carências em número de escolas:

Felgueiras	1
Lousada	1
Paredes	1
Penafiel	1.

Porque a escola de Penafiel já está aprovada e localizada não se considera este município no mapa seguinte. Para os restantes apresentam-se a amarelo a proposta das zonas consideradas preferíveis para a sua instalação.



Operacionalizar o Ensino Recorrente

O ensino recorrente tem revelado muito pouca operacionalidade, particularmente quando se aplica aos jovens num contexto social que não favorece a continuidade dos estudos. As formas que assume são frequentemente pouco gratificantes, desmobilizadoras e geradora de comportamentos que pouco contribuem para o reforço e coerência do sistema educativo.

É uma área em que a experimentação pode funcionar, ensaiando-se em diferentes espaços da região formas de funcionamento novas e diferentes e procedendo-se posteriormente à sua avaliação.

Aqui se apresentam dois figurinos possíveis:

Para os jovens a frequentar o ensino básico:

Aos jovens que nos currículos nacionais de escola ou de turma manifestam sistematicamente severas dificuldades de aprendizagem deverão ser colocados outros percursos alternativos de educação/formação, no âmbito da articulação entre Ministério da Educação e o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Isto é, passariam a combinar uma formação base fornecida pela escola e uma experiência de desenvolvimento vocacional realizada nas empresas/instituições do meio.

Para os adultos a frequentar o ensino básico ou o ensino secundário:

Os alunos nocturnos devem poder encontrar na região da Associação de Municípios do Vale do Sousa os cursos de prosseguimento de estudos e de formação profissional.

Deve ser valorizada e creditada a sua experiência profissional.

Progressiva junção dos 2º e 3º Ciclos e separação do Ensino Secundário

As características do Ensino Básico e do Ensino Secundário são diferentes.

A utilização das mesmas instalações para o 3º Ciclo e Secundário, frequentemente por generalização daquele para este, significa na maior parte das situações o diluir-se parcialmente as diferenças de formação necessárias, enfraquecer a identidade da escola e ter um insuficiente espaço educativo, nomeadamente no campo dos laboratórios e experimentação, para o Ensino Secundário.

É necessário caminhar progressivamente para a separação das instalações do 3º ciclo e do secundário. O processo pode ser lento mas:

- Não se pode nem deve regredir.
- Esta separação já deve ser tida em conta nas novas edificações.
- Na inventariação das instalações é importante tentar resolver algumas das consequências mais nefastas desta não separação, nomeadamente no que se refere a laboratórios.

Mais escolas do 2º e 3º Ciclos. Melhores Edifícios e Equipamentos Educativos

Propõe-se:

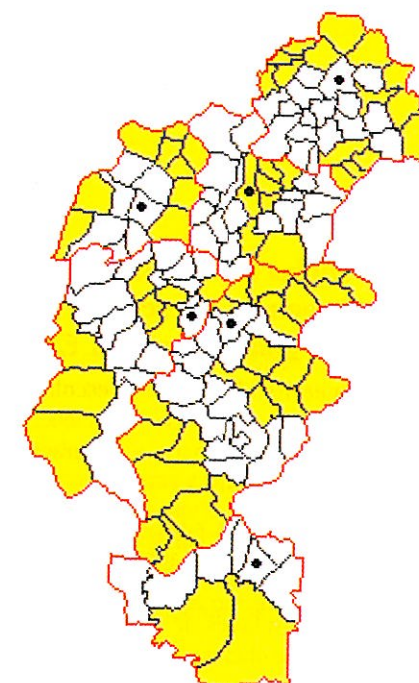
1. Criação de novas escolas básicas com 2º e 3º ciclos.
2. Inventariação das carências em instalações e espaços educativos, culturais, recreativos e desportivos existentes nas escolas actualmente existentes e definição de prioridades. Particular atenção aos espaços laboratoriais.
3. Superação progressiva, mas urgente, das carências

Quanto ao primeiro ponto, tomando como hipótese uma escola para 500 estudantes (o que não significa opção por essa dimensão), tem-se a seguinte necessidade em escolas, por município:

Castelo de Paiva	1
Felgueiras	4
Lousada	2
Paços de Ferreira	4
Paredes	5
Penafiel	7

Este número de escolas já cobre as necessidades resultantes do fim do ensino básico mediatizado.

Sugestão das regiões a privilegiar nas novas edificações:



Generalização do Regime Normal no 2º e 3º Ciclos e Acompanhamento dos Alunos em Actividades Não-Curriculares

O Regime Normal de funcionamento das escolas do 2º e 3º Ciclos tem vantagens reconhecidas e testadas. Já o afirmamos a propósito de similar medida para o 1º Ciclo. Neste nível de ensino encontramos algumas especificidades de vantagens mas no essencial temos o mesmo quadro de referência.

Assim, propõe-se:

1. A generalização progressiva do regime normal ou o regime duplo com acompanhamento dos alunos em actividades não-curriculares a todas as escolas do 2º/3º Ciclo Básico.
2. Criação de serviços especializados de apoio educativo, quando tal se verificar conveniente ou necessário.

No acompanhamento nos alunos em actividades não-curriculares pode ser interessante, estimulante, culturalmente rico, o envolvimento da comunidade local.

Reconversão do Ensino Básico Mediatizado

O Ensino mediatizado aplicado aos alunos do 2º Ciclo só pode ter uma função supletiva. A sua existência na região só pode ser encarado como algo a ser superado muito rapidamente. Propõe-se substituir o ensino mediatizado actualmente existente, o que já se teve em conta nas propostas de criação de escolas.

1º Ciclo: Superação das carências em escolas. Melhores Edifícios e Equipamentos Educativos. Repensar as escolas com baixo rácio Alunos-Professor. Generalização do regime normal. A Escola como centro de vivência da Freguesia.

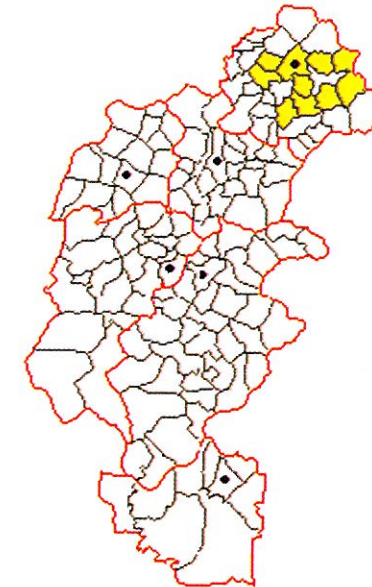
Considera-se fundamental:

1. Superação progressiva dos pré-fabricados.
2. Novas escolas nas zonas carenciadas, com espaços e equipamentos educativos adequados.
3. Inventariação das necessidades de espaços e materiais nas escolas do 1º Ciclo Básico, tendo em conta as necessidades de salas de aula, mas também de leitura, de recreio, de saneamento.
4. Resolução de todas essas situações começando pelas mais urgentes

5. Criação de um Centro de Recursos de apoio ao 1º Ciclo, podendo também apoiar o Pré-Escolar. Este Centro de Recursos tem a função de complementar os equipamentos existentes nas escolas com outros de utilização mais esporádica ou rotativa e servir de elo de ligação entre as carências das escolas e estruturas com que seja possível estabelecer parcerias.

Não esquecer que se propõe que todas as escolas do 1º Ciclo devem estar equipadas informaticamente e abrir os seus espaços à realidade social envolvente. Ter em conta que as bibliotecas escolares podem e devem servir tais objectivos.

Apenas a zona abaixo assinalada é de carência acentuada em escolas do 1º Ciclo, fazendo sentido a construção de uma ou duas escolas:



Em contrapartida existem escolas com um reduzido número de alunos por professor. Várias são as escolas em que este rácio está entre 1 e 10.

Todas estas situações têm de ser repensadas:

- Se essas quantificações não são passageiras e mutáveis a curto prazo essas escolas devem ser encerradas (definitiva ou temporariamente).
- Se essas situações são mutáveis a curto prazo por um processo social espontâneo mantê-las e controlar a efectividade da mudança.
- Se a manutenção da escola passa por decisões políticas (de transporte ou outras) desencadear estas medidas urgentemente.

O regime normal de funcionamento das escolas do 1º Ciclo tem vantagens reconhecidas e

testadas. Tem-no no plano pedagógico pela transmissão e assimilação das matérias de forma mais descontínua e menos intensiva e ainda pelos hábitos de trabalho que gera. Tem-no no plano educativo porque há tempos disponíveis para a realização de outras actividades. Tem-no do ponto de vista social porque permite colmatar deficiências de acompanhamento familiar, pelas mais estreitas relações de convivência que gera, pelo maior controlo que pode existir sobre actividades inadequadas. Tem-no do ponto de vista institucional porque aumenta as possibilidades de os alunos terem gosto pela escola e criar uma cultura de escola. Além disso pode facilitar a organização de alguns serviços como os de transporte.

A peso relativo dos custos em instalações e professores que a existência de um regime normal gera em comparação com as suas vantagens sociais faz com estas sejam mais relevantes, sobretudo numa região como esta.

Assim propõe-se:

1. A generalização progressiva do regime normal a todas as escolas do 1º Ciclo Básico.
2. Alternativamente a existência de regime duplo mas com permanência dos alunos na escola durante todo o dia, com acompanhamento dos tempos livres.
3. Criação de serviços especializados de apoio educativo.

Acrescente-se finalmente a possibilidade e interesse de em alguns contextos geográficos a escola do 1º Ciclo poder ser um centro de dinamização cultural.

Dificultando atingir tal objectivo existem barreiras materiais e sociais. As barreiras materiais são as próprias condições dos espaços educativos. As sociais resultam do comportamento das instituições.

Admitindo que a escola aparece como o núcleo duro das mudanças de comportamento sócio-cultural, devem partir das Escolas do 1º Ciclo iniciativas de envolvimento da comunidade local.

Podendo estas ter diversas dimensões e níveis de envolvimento e participação, tem a sua expressão mais simples, mas não despicienda, na disponibilização dos espaços e alguns equipamentos à população da freguesia.

Novos Moldes do Funcionamento do Ensino de Alunos com Necessidades Educativas Especiais

O estabelecido legalmente para que uma criança ou um jovem seja considerado como aluno com necessidades educativas especiais é muito amplo, podendo-se quase considerar que todos os alunos que têm comportamentos relativamente diferenciados da média podem ser considerados nessa situação.

Nesta região com os problemas sociais existentes os desvios de comportamento, em relação a uma eventual média ou a um padrão idealizado pelos professores, eventualmente construído noutros contextos sociais, são muito generalizados, explicando-se dessa forma o grande peso dos alunos in-

dicados como abrangendo NEE.

Esta situação é individualmente traumatizante e reforça o conflito latente entre a população e o sistema educativo, entre os jovens e a aprendizagem. É urgente regular e mudar esta situação. Sem por em causa a legislação existente pode-se optar por práticas mais restritivas e controladas, funcionando como experimentação de novas formas de funcionamento dos currículos alternativos.

Assim, a classificação de um aluno como exigindo necessidades educativas especiais só poderá ser feita por observação médica e psicológica alicerçada em razões psicossomáticas.

Pré-Escolar, um Direito das Crianças. Mais Jardins de Infância e Melhoria dos seus Espaços Educativos

As carências são manifestas no que se refere ao Pré-Escolar, em termos absolutos - escassez de oferta em relação à procura efectiva e potencial da região, presentes e futuras - e relativos - comparativamente com outras regiões, no contexto nacional.

São carência de Jardins de Infância e de adequação das instalações e equipamentos dos Jardins de Infância existentes.

Esta intervenção desdobra-se nos seguintes aspectos:

1. Aumentar o número de Jardins de Infância em praticamente todas as áreas da região, com prioridade para as zonas mais carenciadas. Este aumento pode-se realizar através de Jardins de Infância fixos ou itinerantes. A este nível há conveniência em privilegiar a proximidade da criança às relações de vizinhança em que se insere, o que significa dar maior relevância aos do primeiro tipo.
2. Favorecer a aproximação dos Jardins de Infância às Escolas Básicas do 1º Ciclo.
3. Inventariar as carências de instalações e equipamentos nos Jardins de Infância existentes, atendendo aos espaços lúdicos, à alimentação, aos melhores horários de funcionamento e ao apoio aos tempos livres.
4. Apetrechar mais adequadamente os Jardins de Infância.

Admitindo que em cada sala estará o máximo de alunos permitidos por lei obtém-se a imagem de carências imediatas de salas para o Pré-Escolar que constam do mapa seguinte.

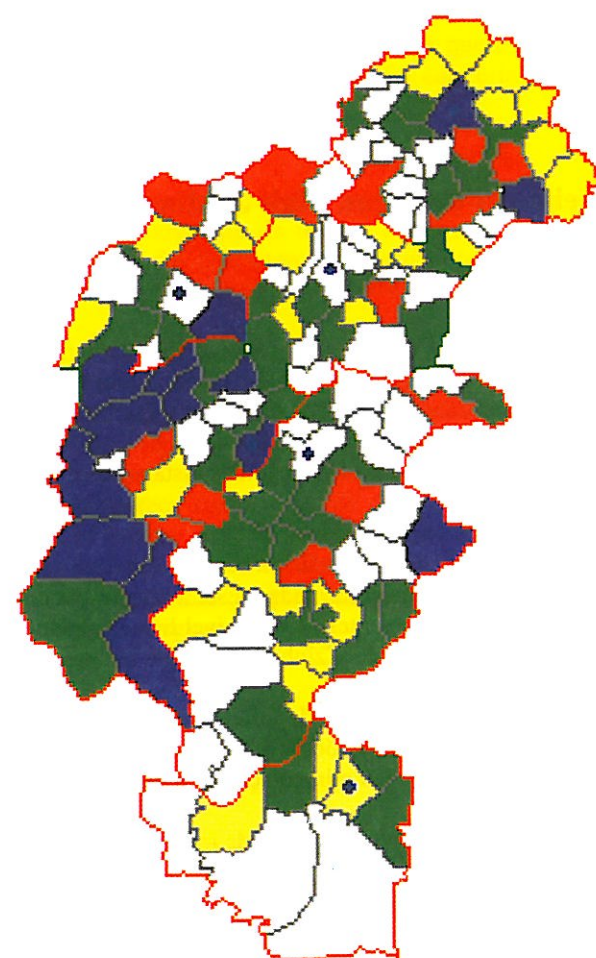
Mas a intervenção deve ser mais abrangente, pois o essencial são os impactos sobre a formação da personalidade e os efeitos ao longo da vida que o Pré-Escolar propicia. Diversos estudos comprovam-no.

O Pré-Escolar é um direito das crianças e como tal deve ser entendido pelas famílias.

Propõe-se um conjunto de iniciativas que promova esta ideia, conducente a um maior reconhecimento da importância deste nível de ensino pela população da região.

Acrescente-se, complementarmente que as amas são uma realidade com tradição que tem, ou pode ter, grande influência na formação psico-biológica das crianças e, por essa via, dos cidadãos.

Elas têm uma função de complementaridade em relação aos Jardins de Infância sejam como superação das carências naqueles ou opção dos pais, sejam como complemento das horas de funcionamento dos Jardins de Infância.



Número de salas:



Formação de Professores e Pessoal Auxiliar de Acção Educativa

A formação de docentes e, em algumas situações, de pessoal auxiliar, é uma necessidade. Certamente que a formação nas áreas pedagógicas ou científicas em que a sua actividade se desenvolve é importante e é de estimular, mas ela corresponde a uma lógica nacional e as práticas legal ou consuetudinariamente estabelecidas. O que aqui pretendemos reforçar é a necessidade de uma formação específica na região. Assim, salientamos:

1. Formação sobre a região da Associação de Municípios do Vale do Sousa, procurando dela deduzir-se uma maior sensibilidade dos docentes à realidade local - incluindo a vida quotidiana dos seus alunos e famílias -, e uma mais estreita relação do ensino a esse contexto. Esta formação deve abranger educadoras de infância, docentes dos 1º, 2º e 3º Nível de Ensino Básico, docentes do secundário.
2. Formação sobre gestão e autoavaliação dirigida para professores que estejam mais directamente ligados à gestão das escolas. Há que ajudar os Directores e os Conselhos Directivos a terem uma gestão adequada, o que não é fácil para quem não tem formação específica nessa área.
3. Formação na utilização do computador e acesso à Internet..
4. Formação dos vigilantes nos Jardins de Infância sobre a melhor forma de lidar com as crianças.

Sem ser pela via da realização de cursos de formação, também a aproximação entre professores de diversas escolas do 1º Ciclo e a troca de experiências pode ser, simultaneamente, um processo de aprendizagem e um estímulo para a propagação das experiências bem sucedidas mais relevantes.

Práticas Autoavaliativas da Qualidade de Ensino

As escolas conhecerem-se e conhecerem as realidades sociais com quem estabelecem relações é indispensável para a elaboração do projecto educativo, parte integrante do processo de autonomia, para uma mais adequada gestão dos recursos, humanos e físicos, certamente escassos.

A monitoragem também exige que as escolas tenham um conhecimento de si próprios e divulguem esses dados.

A sociedade cada vez mais exige conhecer como funcionam as instituições que são financiadas pelo erário público, eventualmente influenciar a sua dinâmica

São razões suficientes para se criar em todas as escolas, do 1º Ciclo ao Secundário uma prática ha-

bitual de avaliação da qualidade de ensino:

1. A autoavaliação deve ser desenvolvida pelas próprias escolas com criatividade e iniciativa.
2. É um processo regular ou continuado conforme as matérias observadas que conduzirá a uma aprendizagem das próprias instituições. A rotatividade do corpo docente pode criar rupturas ou ruído na informação mas também é susceptível de trazer inovação.
3. Existem hoje técnicas de avaliação e registo que aconselham a promoção de acções de formação neste âmbito.
4. O âmbito e conteúdo da avaliação deverá ser tanto maior quanto o nível de ensino.

Informatização das Escolas a todos os Níveis

Os computadores são uma presença necessária em todas as escolas, tendo de desempenhar diversas funções:

De gestão.

Cada vez mais se caminha para que toda a gestão das escolas (das inscrições à contabilidade, dos horários à biblioteca, etc.) se realize com a utilização do computador.

De ensino e aprendizagem.

A utilização do computador na sala de aula ou como fonte de informação e tratamento desta é um processo que deve estar em permanente ampliação e é um processo inacabado pois sempre surgirão novas possibilidades. Será de admitir uma utilização dos recursos informáticos tanto mais intensa quanto o nível de ensino, mas sem exclusão de nenhum.

De Entretenimento.

A dimensão lúdica da utilização do computador é legítima e é uma via eficaz de aprendizagem e empenhamento na utilização do computador, podendo essas aquisições de conhecimento e capacidade de manuseamento serem aproveitadas na aprendizagem.

De avaliação da qualidade e monitoragem.

Será através das informações provenientes das diversas escolas de uma forma periódica, em resultado dos seus actos de gestão e de autoavaliação que se poderá criar de forma duradoura uma base de dados descentralizada, que inventarie permanentemente a situação existente.

De ligação à comunidade.

Na abertura das escolas ao meio envolvente e disponibilização de espaços e equipamento à comunidade em que se insere o computador é uma peça importante.

Esta utilização generalizada da informática exige:

1. Equipamentos informáticos
2. Ligações à Internet
3. Formação de utilizadores
4. "Gestores de sistema" de nível municipal que dêem apoio às escolas.

O fornecimento de equipamento deve ser acompanhado de formação, sendo prioritário dois tipos de cursos (exigindo, eventualmente a obtenção de programas adequados):

- Utilização do computador em ambiente Windows: do processamento de texto à Internet
- Gestão da instituição e utilização do computador.

Adequação da Inscrição na Passagem do 1º para o 2º Ciclo do Ensino Básico

A liberdade individual, a territorialização, a consolidação da Associação de Municípios e a lógica concorrencial recomendam a redução dos entraves administrativos ao funcionamento das "leis do mercado".

A utilização dos meios informáticos e de comunicação modernos e a possibilidade de consulta de ficheiros em tempo real facilita os procedimentos administrativos de adequação da oferta e da procura.

Por todas estas razões as limitações à inscrição dos alunos que transitam do 1º para o 2º ciclo do Ensino Básico devem ser reequacionados no sentido desta adequação"

Serviços de Psicologia e de Orientação de Âmbito Municipal

Poucas são as escolas que possuem serviços de psicologia e orientação. Em muitos casos uma estrutura por escola parece ser uma grande sobrecarga para esta e um subaproveitamento da actividade dessas pessoas.

E, no entanto, a existência de um tal serviço justifica-se e tem funções relevantes.

A forma de conciliar estas duas posturas aparentemente contraditórias é através da existência de Serviços de Psicologia e Orientação que possam apoiar diversas escolas.

O âmbito municipal parece adequado.

Pensar e Agir na Territorialização

Citando Marçal GRILO & Outros:

“É urgente criar uma nova atitude, «reinventar» a escola numa perspectiva mais ampla de Centro Educativo não isolado do exterior, não distante da vida social, mas orgânica e funcionalmente interactuante com o meio e com os outros centros educativos, e livre, solidária e responsabilmente associada em termos de Território Educativo de dimensão variável” (pág. 15)

Assim a territorialização é tanto uma medida técnico-administrativa como um processo de apropriação colectiva de espaços e suas dinâmicas, de mobilização de actores de uma acção colectiva.

Na Associação de Municípios do Vale do Sousa existem experiências que podem ser consideradas de territorialização: TEIP, PEPT 2000, agrupamentos de escola. Todas essas iniciativas podem servir para consolidar a autonomia das escolas, aproximar estas da sociedade em se inserem e a que pertencem, economizar recursos, potenciar projectos comuns, incentivar a inovação. Serão tanto mais interessantes quanto forem consciente e voluntariamente assumidas pelas escolas envolvidas, merecerem a concordância de todas as entidades englobadas no processo. Sejam quais forem as razões que presidem a esta lógica de descentralização, fomentar dinâmicas participativas e fazer com que as articulações entre escolas surjam de baixo para cima é algo de saudar e promover.

Na base dos regulamentos já formulados, dos projectos educativos elaborados ou a elaborar, assente em troca de experiências e nos princípios dos Pactos Territorial e Educativo na Associação de Municípios do Vale do Sousa, deve reforçar-se as relações entre as escolas da região, pertencentes ou não a espaços contíguos. Há que caminhar num processo de aproximações progressivas e de experiências, frequentemente numa lógica informal, para a clarificação do conteúdo da territorialização e sua aplicação.

Esta dinâmica exige, como todas as restantes, a existência de verbas que permitam desencadear os processos.

Pensar e agir na territorialização é pensar em como e agir de forma a que esta nova atitude da escola surja de dentro, de baixo, pelas condições geradoras num ambiente especial, mais ou menos amplo, da “afirmação dos poderes periféricos, a mobilização local dos actores, a contextualização da acção política”. Em cada momento há que ter em conta as realidades objectivas e subjectivas presentes, as suas dinâmicas e encontrar as soluções mais adequadas.

Conselhos Locais de Educação

A sua existência e competências são configuradas legalmente. A sua implementação nas Câmaras Municipais integrantes da região já é uma realidade. Importa aqui salientar:

- 1) A importância da sua existência em cada município da região, o que significa não se tratar da mera execução formal da lei mas a criação de uma estrutura importante no contexto da autonomia das escolas, de afirmação do poder local no âmbito educativo, de tomada de decisões.
- 2) A sua constituição e funcionamento devem ser acompanhados das medidas orçamentais e financeiras correspondentes, isto é, por medidas que permitam estes conselhos serem operacionais.
- 3) A sua existência e actividade têm de se integrar no Pacto Educativo, na Associação de Municípios do Vale do Sousa o que se pode realizar por duas vias:
 - a) participação na organização e funcionamento do Pacto Educativo
 - b) existência de um Conselho Intermunicipal de Educação no âmbito da Associação de Municípios do Vale do Sousa.

Parece-nos que a juventude desta estrutura e a sua importância aconselha que se experimente e estude quais as melhores formas organizativas e os melhores métodos de funcionamento e partilha de poderes. A Associação de Municípios do Vale do Sousa, porque tem uma lógica global, estratégica integradora pode ser utilizada como experimentação de diferentes modelos organizativos e avaliação dos seus resultados.

Gabinete de Apoio ao Pacto Educativo

O Pacto Educativo da Associação de Municípios do Vale do Sousa é, como se disse uma estrutura de diálogo, de execução e de acompanhamento. Simultaneamente tem o objectivo de reforçar a identidade e o desenvolvimento da Associação de Municípios do Vale do Sousa, de criar uma cultura educativa regional.

Tais funções e objectivos exigem uma estrutura funcionando junto da Direcção Executiva do Pacto Educativo.

A sua estrutura deve ser flexível, operacional e competente. Vigora durante o tempo de execução do Pacto Educativo. Tem de estar localizada na sede da Associação de Municípios do Vale do Sousa. As verbas para o seu funcionamento devem ser analisadas no âmbito do Pacto Educativo, havendo a consciência que este Gabinete e a Direcção Executiva desempenharão muitas funções, que até então eram executadas por outras estruturas, com maior eficácia e produtividade.

Podemos decompor a actividade deste gabinete em quatro:

1. Apoio à Associação de Municípios do Vale do Sousa na área educativa por intermédio do Pacto Educativo.
2. Apoio aos diversos parceiros regionais, com particular destaque do apoio às escolas
3. Manutenção do diálogo frequente entre todas as estruturas envolvidas no processo, articulando posições, dirimindo conflitos e construindo um pensar colectivo comum.
4. Realização de estudos técnicos

Este gabinete pode contribuir decisivamente para o reforço de uma “intelectualidade local” conhecedora e empreendedora.

Fórum “Educação e Cultura no Vale do Sousa”

Importa ter espaços de continuidade da dinâmica inicial de debate, de reflexão sobre experiências e de ajuda à definição de rumos futuros do processo.

Estas iniciativas podem ser aproveitadas para divulgar as realizações da Associação de Municípios do Vale do Sousa na educação, poderá ser um espaço para vincular algumas estruturas políticas nacionais, comunitárias ou internacionais política e financeiramente. Contudo estes fóruns devem ser essencialmente um local de manifestação das vozes da região e de confronto destas com outras experiências.

Esse espaço organizado de debate e definição de política seria o Fórum aqui referido, de periodicidade bianual.

Monitoragem

A monitoragem é a sua continuidade natural, a sua sustentação ao longo dos próximos anos do conteúdo deste documento. É um seu aspecto essencial.

Consiste na montagem e funcionamento de uma base de dados descentralizada articulada com modelos de decisão capazes de accionar e sustentar uma intervenção atempada e lúcida dos intervenientes no processo educativo.

Existe a necessidade de garantir a permanente actualização da base de dados.

FASES DA MONITORIZAÇÃO

São três os elementos (ou processos) constitutivos da monitorização, a que correspondem igual número de fases de concretização

1. Recolha, organização e disponibilização da informação

A informação ou é um subproduto do funcionamento das instituições ou é o produto de um acto deliberado de recolha e tratamento de dados. São produzidos pelas escolas, pelas autarquias, pelos organismos dos ministérios, pelos aparelhos estatísticos nacional e comunitário. Definida a informação relevante, qualitativa e quantitativa, compatibilizada a partir da diversidade de instituições e preocupações, disposta de uma forma que viabilize a inteligibilidade da sua leitura, utilizando suportes que possibilitem uma convertibilidade e comunicação entre si, há que colocá-la de uma forma acessível para todos os intervenientes do processo e dessa forma mantê-la.

Após o estabelecimento do quadro conceptual por que se deve reger esta fase e da montagem dos mecanismos técnicos que a viabilize e operacionalize é essencialmente necessária uma instituição de aconselhamento e supervisão e uma actualização periódica. A participação consciente e empenhada de todos os intervenientes neste processo de produção descentralizada da informação e disponibilização centralizada (centralizada para o utilizador da informação), uma organização operacional e reconhecida são as garantias de sucesso.

2. Modelos de transformação da informação em instrumentos de acção

A informação criada, organizada e disponibilizada deve permitir, antes de mais, um conhecimento da situação, uma visão do global e do parcial, a capacidade de cada um dos intervenientes ter uma leitura do tecido sócio-educativo em apreciação, para se poder racional e informadamente interpretar a realidade e construir os seus próprios juízos de valor.

Mas a informação é aqui também um instrumento para a acção, um suporte à tomada de decisões. Do universo da informação há que seleccionar um conjunto de indicadores e definir uma metodologia do seu tratamento tendo em vista a acção.

As relações entre objectivos e indicadores, entre hipóteses, regras e conceitos deverá dar lugar a alertas, a possibilidades de evolução e a cenários da sua prossecução.

O automatismo dos processos de passagem da informação às hipóteses de acção é a vertente essencial desta fase.

3. Avaliação dos resultados

A avaliação dos resultados processa-se a dois níveis: o da concepção da acção, resultado que se obtém na fase anteriormente referida, e o dos resultados da acção.

Num e noutro caso deve começar por ser uma autoavaliação por parte dos actores institucionais do processo para depois esta ser validada através de uma apreciação externa.

A detecção de problemas e a definição das formas de os resolver são os elementos essenciais da eficácia desta fase.

ORGANIZAÇÃO

Conteúdo

A monitoragem é um processo indispensável a uma gestão dos sistema educativo na Associação de Municípios do Vale do Sousa, um instrumento fiável e, muito possivelmente, eficaz de permanentemente se conhecer a realidade educativo-social da região e proceder às suas modificações.

Poder-se-á dizer que após a sua montagem a Carta Educativa está permanente a ser elaborada e a servir de guia de acção, sem que para tal seja necessário um processo similar ao que agora decorreu.

A constituição de bases de dados com a informação constante da presente Carta Educativa, a sua disponibilização e actualização é uma possível acção imediata. Igualmente o é a recolha da informação sobre áreas de carência de informação como, por exemplo, a dos espaços educativos.

No entanto a sua elaboração tem uma função complementar: fazer com que todos os actores do processo educativo se sintam a participar. A informação descentralizada e articulada entre diversos níveis, a possibilidade de cada um conhecer a parte e o todo, dá um sentimento real de participação, faz com que cada escola se sinta como parte de um todo e que cada organismo do Estado seja incentivado para a consideração das restantes estruturas envolvidas.

Esta participação, e o reconhecimento dessa participação por cada um, será tanto maior quanto a organização da monitorização tenha isso em conta.

Gestão

A monitorização da Carta Educativa deve ser da responsabilidade da Associação de Municípios do Vale do Sousa.

Gerir o processo exige essencialmente visão de conjunto, vontade política de promoção do desenvolvimento económico e social, capacidade de diálogo, competência técnica e recursos financeiros. Os dois últimos elementos modificam-se no curto prazo mas os outros só no longo

prazo, e não é certo que aconteça.
A informação deve ser fornecida, e muita dela já está fornecida e disponibilizada, pelas Escolas, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Empresas, Associações Culturais e Recreativas, Igreja, diversos organismos dos Ministérios (da Educação, da Ciência e Tecnologia, do Trabalho e da Solidariedade) e União Europeia.
No que se refere especificamente à Carta Educativa o “núcleo duro” da informação deve ser fornecida pelo Ministério da Educação, pelas escolas, pelas Câmaras Municipais e, eventualmente, pelos Institutos de Emprego e Formação Profissional.
A construção dos modelos exige normas reguladoras, técnicas matemáticas, estatísticas e económicas, cartografia, procedimentos informáticos e, eventualmente, inquéritos de opinião. Perante as necessidades concretas que oportunamente se analisem assim a explicitação dos parceiros adicionais a serem envolvidos no processo.

Disponibilização da informação

A carência de informação é enorme e a desarticulação entre a que existe também é preocupante. Vivemos numa “sociedade de informação” em que o acesso deveria estar resolvido, mas não é isso que acontece hoje em Portugal, onde ter informação ainda é ter, ou manipular, poder.
Neste contexto podemos encarar com optimismo a monitorização.

- Será crível que rapidamente se obtenha e organize um manancial de informação quantitativa e qualitativamente superior à actualmente existente.
- O aumento da informação poderá ser acompanhado de alguma desburocratização do actual processo de recolha e tratamento da informação.
- A disponibilização pública da informação existente reforçará a competência das autarquias e da Associação de Municípios do Vale do Sousa, aumentará a transparência dos processos, e a compreensão generalizada das situações.
- A formação que deverá acompanhar o processo (das direcções das escolas, dos professores envolvidos no processo, dos técnicos que participam) aumentará as competências.
- Existirá, eventualmente, uma transferência de “poder” de quem possui a informação e a estuda para quem executa.

No entanto, apesar deste optimismo temos de se ter a consciência que a prossecução completa da monitorização é um processo relativamente longo.

Centros de Decisão

A concretização de cada uma das propostas de intervenção depende de todos os intervenientes no Pacto Educativo e todas elas passam pelo diálogo com todos os envolvidos directamente. Nada pode ser feito sem (e ainda menos contra) as instituições de ensino.
Contudo tem de haver centros de decisão e gestão claramente especificados e o sucesso de cada uma das intervenções depende essencialmente de determinadas estruturas. É o que se apresenta de seguida.
Cada uma das linhas refere-se a uma Intervenção, com a numeração atrás indicada. Cada uma das colunas refere-se a uma Instituição ou conjunto de instituições:

- (1) Direcção Executiva do Pacto Educativo. É a designação para a estrutura de gestão da Carta Educativa resultante do Pacto Educativo
- (2) Associação de Municípios do Vale do Sousa
- (3) Ministério da Educação, englobando todas as estruturas, em particular a Direcção Regional de Ensino do Norte
- (4) Ministério da Cultura
- (5) Ministério da Ciência e Tecnologia
- (6) Câmaras Municipais
- (7) Juntas de Freguesia
- (8) Instituições de Ensino Superior do País
- (9) Escolas da Região

Inter	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
I001		X	X						
I002	X	X		X					
I003	X	X				X			
I004	X	X	X					X	
I005	X	X						X	
I006	X		X						
I007	X		X						
I008	X		X						
I009	X		X	X					
I010	X		X						
I011	X		X						
I012	X		X				X		X

Inter	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
I013	X		X						
I014	X	X	X			X	X		
I015	X	X	X						
I016	X	X	X						X
I017	X		X		X				
I018	X		X						
I019	X		X			X			
I020	X	X	X			X	X		X
I021	X	X	X			X			
I022	X	X							
I023	X								
I024	X	X	X						

Conclusão

Este documento consubstancia as condições para a melhoria do sistema educativo e da dinâmica cultural na região.

A prossecução deste objectivo contribuirá para a melhoria da qualidade de vida das populações da região. Será também um elemento de desenvolvimento, estabilidade e progresso social na região, Norte de Portugal, no País e na União Europeia.

Nos últimos vinte cinco anos, por diversas vezes acreditou-se que o desenvolvimento económico-social - entendido como acessibilidade aos bens materiais e serviços que o nível civilizacional actual permite que a grande maioria da população usufrua - passava inevitável ou prioritariamente pelo desenvolvimento regional. Apesar dos resultados das experiências não serem totalmente concludentes é de admitir a sua importância.

A experiência da Associação de Municípios do Vale do Sousa é, nesta perspectiva, uma experiência importante. Do seu sucesso poderão resultar ensinamentos úteis para o futuro de muitas outras regiões.

O sucesso depende de, em combinações e hierarquias variadas de financiamento, organização e capacidade de iniciativa

É necessário dar uma grande atenção a estes três aspectos.